

UFRB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

GILCIMAR COSTA BARBOSA

**FONTES ICONOGRÁFICAS HISTÓRICAS DE
CACHOEIRA E SÃO FÉLIX:
PESQUISA DOCUMENTAL**

Cachoeira
2011

GILCIMAR COSTA BARBOSA

**FONTES ICONOGRÁFICAS HISTÓRICAS
DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX:
PESQUISA DOCUMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profa. Fabiana Comerlato
Co-orientador: Prof. Luydy Abraham Fernandes

Cachoeira
2011

GILCIMAR COSTA BARBOSA

**FONTES ICONOGRÁFICAS HISTÓRICAS
DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX:
PESQUISA DOCUMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em ____ de julho de 2011

Banca Examinadora

Fabiana Comerlato – Orientadora _____
Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ana Paula Soares Pacheco _____
Mestre em Ciência da Arte pela Universidade Federal Fluminense.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Maria Salete Nery _____
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

“Dedico este trabalho à minha avó, Albertina Costa (Bel) e meu primo, Willian Moreira (Will), sempre presentes em minhas lembranças”.

AGRADECIMENTOS

Embora inicialmente não tenha projetado trilhar por esse caminho, estranhamente estou certo que não havia melhor rumo a ser tomado. Chego ao fim dessa importante etapa com a convicção de que sonhos antes improváveis podem sim serem consolidados. Mais que isso, vejo mudanças a princípio silenciosamente desejadas, em véspera de ruidosamente acontecerem.

Por esta razão, agradeço a cada um que a sua maneira contribuiu antes e ao longo desse processo de graduação.

Encabeçando a lista, falo da grande Matriarca da família, minha saudosa e irreverente avó Albertina (Bel). Não tenho dúvidas que sabes o quanto foi e continua sendo um referencial para mim.

Sou imensamente grato os meus queridos pais, Gilmar (Gil) e Maria (Branquinha), pelo incondicional apoio e incentivo dado principalmente durante esses últimos difíceis quatro anos, amo muito vocês. Saibam que seus atos diários de carinho são como uma força motriz sempre a me impulsionar.

À minha mana Priscila, que possa alcançar os mais elevados patamares nesse seu novo momento. Aos meus tios Francisco (Gringo), a quem devoto especial admiração, Lucidalva (Lú), Débora, Antônio, Zazá, Márcia e Ubirajara.

Agradeço a vida por me presentear com a mais doce garota que já conheci, minha Lindinha (Eva), o presente mais especial que já ganhei.

As amizades conquistadas são um verdadeiro capítulo a parte. Como não mencionar Evanilda (Val), Tatiane (Tati), Emanuel (Manoca), Júnior, Lise, Laíz (Lai), João (Jhone), Renata (Rê) e Amistander (Thandera), pelas hilariantes situações que passamos. Sem falar dos inúmeros e deliciosos papos levados com a adorável amiga Andréa (Déa).

Aos funcionários da UFRB, Sandra, garota muito divertida que precocemente nos deixou, Alex e Vera, pelos incontáveis auxílios gentilmente concedidos. Ao servidor técnico Ivan Americano, pela boa vontade em realizar uma das imagens que uso nesse trabalho.

Também agradeço ao senhor Ozeas, administrador do Arquivo Público de São Félix, sempre muito prestativo em todas as vezes que dele precisei. Ao

professor Isaac Tito, por ter me permitido fazer reproduções da fotografia histórica nesse trabalho utilizada.

Quanto aos meus mestres, lembro-me que anteriormente a minha entrada na UFRB, nunca havia partilhado de muita aproximação com professores, entretanto, no âmbito universitário, tive a oportunidade de construir boas relações com alguns destes. A saber, professora Patrícia e Suzane, as quais tenho bastante carinho, além da estimada professora Tânia, por demais cuidadosa no trato com seus orientandos.

Dessa lista, deixo para o final aqueles com os quais mais dialoguei. Agradeço imensamente aos professores Luydy e Fabiana por terem aceitado me orientar, por estarem sempre disponíveis para me atender e direcionar pelos melhores caminhos. E especialmente, falo do professor Carlos, a quem tenho muito respeito, admiração e posso considerar a minha adoção acadêmica, visto ter acolhido, acreditado e dado oportunidade a um estudante ainda em quarto semestre, com muitas limitações por serem corrigidas.

Por fim, agradeço a Deus, simplesmente por poder estar vivo e desfrutar de tudo o que de belo a vida pode me oferecer.

BARBOSA, Gilcimar. Fontes Iconográficas Históricas de Cachoeira e São Félix: Pesquisa Documental. 69 f. il. 2011. Monografia (Graduação) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2011.

RESUMO

O presente trabalho buscou através de princípios que norteiam a Pesquisa Documental e Documentação Museológica, analisar uma fotografia, dois desenhos e uma litogravura, estes classificados como fontes documentais imagéticas históricas, representativas de diferentes momentos das cidades de Cachoeira e São Félix.

Para tanto, os procedimentos postos em prática implicaram na descrição e análise dos espaços e construções mais notáveis em todas as imagens, em traçamos a possível tecnologia fotográfica manuseada pelo autor da foto, momento em que indicamos as máquinas de captura de imagens mais usadas na primeira metade do século XX, em apontamos os sugeridos locais onde a fotografia e demais fontes imagéticas foram feitas. Ademais, datarmos a foto por estimativa, uma vez que ela é desprovida de informação acerca do ano em que foi feita. O estudo sistemático desses exemplares nos permitiu estabelecer um panorama mais geral acerca de questões urbanísticas, arquitetônicas, paisagísticas e contextuais, que se processaram ao longo do tempo nessas duas cidades, sobretudo no que se refere a transformações, num período que compreende desde fins do século XVIII à primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Fontes iconográficas. Cachoeira e São Félix. Pesquisa Documental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa das cidades de Cachoeira e São Félix	21
Figura 2	Seção 1 da fotografia histórica	24
Figura 3	Seção 1 da fotografia atua	24
Figura 4	Seção 2 da fotografia histórica	27
Figura 5	Seção 2 da fotografia atual	27
Figura 6	Seção 3 da fotografia histórica	29
Figura 7	Seção 3 da fotografia atual	29
Figura 8	Seção 4 da fotografia histórica	31
Figura 9	Seção 4 da fotografia atual	31
Figura 10	Seção 5 da fotografia histórica	33
Figura 11	Seção 5 da fotografia atual	33
Figura 12	Imagem da Avenida Ubaldino de Assis	37
Figura 13	Máquina fotográfica Brownie	39
Figura 14	Máquina fotográfica Leica	39
Figura 15	Máquina fotográfica Rolleiflex TLR	39
Figura 16	Máquina fotográfica Hasselblad F 1600	39
Figura 17	Mapa da Vila e Cachoeira	45
Figura 18	Vista panorâmica de Cachoeira e São Félix a partir de trecho da rodagem	45
Figura 19	Projeto de Ponte entre a Villa de Cachoeira e o Arraial de São Félix.....	50
Figura 20	Litogravura da Villa de Cachoeira	53
Figura 21	Vista panorâmica de Cachoeira e São Félix a partir do Alto da Estação.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Edifícios e respectivas datas de construção e/ou demolição na cidade de Cachoeira	57
Tabela 2 Elementos analisados nas iconografias	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS, PESQUISA DOCUMENTAL E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	16
2 ASPECTOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DA FOTOGRAFIA.....	21
2.1 LOCAL DA TOMADA FOTOGRÁFICA.....	21
2.2 DESCRIÇÃO DAS ÁREAS E EDIFÍCIOS ABRANGIDOS NA FOTOGRAFIA	22
2.3 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS PREDOMINANTES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	38
3 ANÁLISE ICONOGRÁFICA DOS DESENHOS E LITOGRAVURA	41
3.1 DESENHO SETECENTISTA.....	43
3.2 DESENHO OITOCENTISTA	50
3.3 LITOGRAVURA OITOCENTISTA	52
4 DATAÇÃO DA FOTOGRAFIA E COMPARAÇÃO DAS ICONOGRAFIAS.....	57
4.1 ESTIMATIVA CRONOLÓGICA DA FOTOGRAFIA	57
4.2 ELEMENTOS ANALISADOS NAS ICONOGRÁFIAS.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

Adquirir, conservar, pesquisar e comunicar, dentre outras práticas paulatinamente incorporadas e hoje inerentes à natureza dos museus, são princípios partilhados pela definição de museu proposta pelo Conselho Internacional de Museologia (ICOM, 2010). Diretriz conceitual usada por pesquisadores e instituições vinculados à área museológica, sendo possível nesse ponto, estabelecermos consenso. A pesquisa, procedimento investigativo chave no processo de produção de conhecimento nas instituições museológicas, fator que muito nos motiva, será neste trabalho abordada na perspectiva da “Pesquisa Documental”¹ aplicada a uma fotografia panorâmica, dois desenhos e uma litogravura, todos representativos das cidades de Cachoeira e São Félix.

O registro fotográfico foi localizado por uma equipe de estudantes do curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que na ocasião realizava estágio curricular na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte (cidade de Cachoeira), são elas: Siméia Estrela, Juliana Lago, Anna Amélia Buissine e Gislaine Calumbi, cuja supervisão estava a cargo do proprietário da fotografia, o professor de História da rede pública de ensino, Isaque Tito. Percebendo ser este um documento fotográfico bastante singular, a idéia de tomá-lo como tema monográfico mostrou-se promissora. Seja pelo ângulo em que foi feito, muito incomum quando comparado às demais imagens a nós acessíveis no que tange às duas cidades, ou por ser muito convidativo à pesquisa, tendo em vista seu grande potencial em termos de registro histórico das emblemáticas cidades, sendo notória a abrangência do ambiente representado.

No que se refere aos desenhos e a litogravura, foram elaboradas em períodos diferentes, o primeiro e mais antigo no final do século XVIII, o segundo e a litogravura, mais recentes, no início do XIX. Não hesitamos em dizer serem belíssimos e raros exemplares que registram e documentam através da imagem, a peculiaridade urbanística das duas cidades históricas separadas pelo Rio Paraguaçu. Apesar de terem sido feitas em ângulo e escala completamente

¹ Definimos esse conceito no primeiro capítulo.

diferentes aos da fotografia, conservam assim como a última, elevado grau de conteúdo informativo visual e conseqüentemente valor como testemunho histórico.

Localizadas no Recôncavo Baiano, às margens do Rio Paraguaçu e a 120 km de Salvador, historicamente Cachoeira e São Félix são consideradas como fundamentais no processo de construção e consolidação da nação brasileira. A primeira goza da alcunha de Cidade Heróica através da Lei Provincial nº. 43, de 13/03/1837, além de Patrimônio Histórico e Monumento Nacional, conferida pelo SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde 1971, por meio do Decreto 68.045 de 18/01/1971 (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007). Atribuições que lhe foram conferidas pelas lutas de resistência travadas contra os invasores portugueses no contexto das Guerras de Independência, pelo aspecto enraizado de cidade colonial, onde facilmente percebe-se pelas ruas, características arquitetônicas de suas edificações, permeando desde o barroco, rococó, neoclássico e outros estilos, pela considerável rentabilidade econômica gerada por seus vários engenhos de açúcar, além de seus filhos ilustres, a saber: Castro Alves, poeta reconhecido e admirado nacionalmente, Ana Nery e Maria Quitéria, heroínas de guerra.

Quanto à segunda, herdou seu nome de Félix Cantalício, capuchinho que naquela vila esteve quando a mesma ensaiava seus primeiros passos em busca do título de cidade. Válido observar é que São Félix assim como demais cidades do Vale do Paraguaçu, pertenceram administrativamente à Cachoeira, desmembrando-se em 1830 (DOURADO, 1990, p. 07). A cidade atuou ao lado de Cachoeira nas batalhas pela independência do território brasileiro, tendo como destaque em sua produção econômica no Período Imperial, a forte produção fumageira, item bastante apreciado pelos europeus, que não por acaso eram os principais compradores. Para além disso, São Félix desfruta, ainda que minimamente, de remanescentes exemplares da arquitetura colonial e imperial, concentrados em sua maior parte na orla da cidade.

Cidades informais, assim também seriam classificadas estas duas cidades, por guardarem, apesar das fortes características regionais, traços inequívocos de sua metrópole (Portugal), caracterizados pelo uso de métodos de apropriação dos espaços para a construção de cidades, próprios à Idade Média (informal) e Renascentista (regular ou formalizado). Na primeira, admite-se o traçado das ruas irregulares, somando-se a isto o terreno acidentado, características que facilmente

confundiriam um possível invasor. Nesse sentido, o traçado informal favorecia a aspectos defensivos da cidade. Quanto à segunda, tem seu perfil calcado à maneira clássica, chegando pouco depois e influenciando o modelo já instalado. Aqui há que se ressaltar a existência de uma tentativa de retomada do traçado regular à romana, em que imperavam os planos em xadrez, radial e radiocêntrico (SANTOS, 2001, p.18).

Acrescenta-se que eram cidades de afirmação de posse, a exemplo do que se mostravam a maioria das cidades do Brasil fundadas entre o século XVI e XIX (SANTOS, 2001, p. 81).

A relação fotografia/desenhos/litogravura irá nos auxiliar principalmente na indicação de transformações urbanísticas, mas efetivamente, o que explicitaremos nesse trabalho, é uma proposta de estudo voltada para uma experiência e ação prática na área da Pesquisa Documental, haja vista serem os objetos de estudo raros exemplares em se tratando de documento histórico. Há que se destacar a flagrante escassez de imagens tanto fotográfica e panorâmica do começo do século XX, como em demais fontes iconográficas² anteriores a este mesmo século, retratando as duas cidades.

Pautados pelo alargamento da acepção contemporânea de patrimônio cultural, não se pode deixar de atribuir às imagens supracitadas, o valor que agregam como documentos de caráter intangível, os quais poderiam ser inscritos em um dos quatro livros de Registro de Bens de Natureza Imaterial criados pelo Decreto Nº 3551/2000, seguramente inseridos no destinado às formas de expressão, onde se enquadram as linguagens verbais, musicais, performáticas e iconográficas (PELEGRINE, 2008, p. 153).

A temática de abordagem documental/imagética, por outro lado, visará quebrar com a resistência quanto à utilização de fotografias em trabalhos científicos como fonte de conhecimento, momento em que prevalece o paradigma da escrita voltada para esses mesmos fins³.

² Análise do registro visual, a expressão, isto é, o conjunto de informações visuais que compõem o conteúdo do documento (KOSSOY, 2001, p. 77).

³ Acerca dessa questão ver: Kossoy, 2001.

A Documentação Museológica⁴, um dos principais se não o principal eixo de atuação da Museologia, será relacionada à Pesquisa Documental, visto sustentarem íntima relação, sobremaneira na condição em que ambas amparam sobre seus alicerces, a responsabilidade de ampliar as possibilidades de comunicação dos bens culturais, tendo ao mesmo tempo a capacidade de lhes conferir sentido, justificando, portanto, sua preservação.

Os procedimentos postos em prática consistirão na descrição e análise dos espaços e construções mais notáveis em todas as imagens, no traçarmos a possível tecnologia fotográfica manuseada pelo autor da foto, indicando as máquinas de captura de imagens em voga na primeira metade do século XX, em apontarmos os sugeridos locais onde a fotografia e demais fontes imagéticas foram feitas e, datarmos a foto, uma vez que ela é desprovida de informação acerca do ano em que foi feita. Quanto ao último ponto, o método será simples, com base em um levantamento documental, tentaremos identificar datas de construção e/ou demolição de edificações que constam na foto. Em seguida, as datas das construções dos edifícios que não se fazem presentes por terem sido construídos posteriormente a execução da imagem. O mais recente edifício construído ausente na imagem, ou o mais antigo presente no suporte imagético, porém hoje não mais existente, indicará a sua data de execução.

Acreditamos que o estudo sistemático acerca desse exemplares, abordados a partir de uma perspectiva documental, se caracterizará como exercício relevante para a compreensão de diversos aspectos nessas cidades. Esta proposta ganha fôlego sobremaneira quando refletimos sobre o que hoje os órgãos governamentais nacionais e internacionais de salvaguarda do patrimônio vêm se propondo a realizar, direcionado suas ações para a categoria patrimonial de “paisagem cultural”⁵, categoria que não surgiu recentemente, mas que vem sendo alvo de intensas reflexões e debates entre estudiosos da área na atualidade. Seguindo esta

⁴ Todas as informações inferidas neste trabalho, tiveram uma tabela, pautada na comparação dos aspectos iconográficos dos objetos de estudo, como principal suporte de controle e organização de dados.

⁵ “Partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos” (IPHAN, 2004 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 51-52).

tendência, por que não, poderíamos pensar o enquadramento nesta categoria, da conjuntura arquitetônica e elementos naturais que compõem harmonicamente as cidades de Cachoeira e São Félix, fato que as torna únicas.

CAPÍTULO 1

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS, PESQUISA DOCUMENTAL E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

O eixo central da nossa abordagem girará em torno da pesquisa documental, nesse sentido, entendemos ser sensato que definamos quais princípios norteiam este método e apontarmos em que medida nossa proposta de pesquisa fará interface com as práticas e procedimentos museológicos.

Entretanto, antes de adentrarmos efetivamente neste ponto, lançaremos algumas reflexões feitas por Boris Kossoy quanto à fotografia⁶. Para este autor, a fotografia constitui-se como uma representação a partir do real, uma fonte de informações, na medida em que registra vestígios e aparências de algo que se passou na realidade concreta, em um dado espaço e tempo. Complementa sua linha de pensamento afirmando que as imagens fotográficas de épocas passadas, quando analisadas objetiva e sistematicamente, a partir de metodologias adequadas, constituem-se em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias de vidas individuais e coletivas de períodos passados (KOSSOY, 2009, p. 30-31).

A fotografia porta-se como documento visual que age como vetor de conhecimento e informação, constituindo-se uma fonte histórica, a exemplo do que menciona novamente Boris Kossoy:

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotografia, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria

⁶ Procedimento que permite registrar, com a ajuda da luz e de produtos químicos, a imagem de um objeto sobre uma superfície fotossensível (RODRIGUES *et ali.*, 2008).

(que lhe dá corpo), constitui uma fonte histórica (KOSSOY, 2001, p. 47).

Na ausência de literatura que trate precisamente da carga ou referencial simbólico igualmente alicerçado por desenhos e gravuras históricas, aplicamos, no sentido de serem documentos diferenciados, as mesmas considerações feitas por Kossoy quando fala de fotografia. Inferimos das imagens aqui tratadas, uma clara qualificação a nos renderem promissores vestígios de aspectos que se desenharam ao longo do tempo no cenário das duas cidades, sobretudo porque em sentido amplo, a palavra documento, uma fonte de conhecimento, pode significar qualquer suporte que contenha informação, de forma que se enquadram nessa categoria os manuscritos, gravuras, desenhos, pôsteres, filmes, fotografias, sítios paisagísticos, etc.

No tocante aos desenhos, em termos mais técnicos, vários podem ser os materiais empregados na sua elaboração. Alguns são feitos com pena ou ponta de prata, para a obtenção de traços finos, outros com lápis, giz ou carvão, para se conseguir linha mais espessa. Mas também pode-se usar o pastel ou pincel, quando o objetivo é um traço mais grosso. Assim, é possível classificá-los em função dos instrumentos utilizados para sua execução ou finalidades almejadas⁷.

Já a litogravura, de *lithos*, "pedra" e *graphein*, "escrever", é um método de impressão a partir de imagem desenhada sobre base, em geral de calcário especial, conhecida como "pedra litográfica"⁸.

Tratando da Pesquisa Documental, esta pode ser entendida enquanto um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos, em que o pesquisador trabalha com fontes primárias (SÁ-SILVA *et al.* 2009, p. 05). Ademais, "uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental, deve com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes" (CELLARD *apud* SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 03).

Isto posto, acreditamos que este instrumento de pesquisa adéqua-se perfeitamente à nossa proposta de abordagem, por entendermos que nossos

⁷http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=4625. Acesso em: 08 de jun. 2011, 16:35:07.

⁸http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=5086&cd_idioma=28555. Acesso em: 08 de jun. 2011, 16:10:30.

objetivos perfazem interseção com a representatividade das fontes históricas e a nossa ferramenta investigativa.

É válido salientar a existência de mais um termo relacionado ao tema documentação, costumeiramente utilizado por pesquisadores: a análise documental, a qual busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse. Apontamos ainda a pesquisa bibliográfica, mais uma terminologia relacionada à coleta de dados, baseando-se principalmente no caráter da fonte a ser consultada, em que lida essencialmente com produções bibliográficas secundárias elaboradas por diferentes autores (SÁ-SILVA *et all.* 2009, p. 05).

Uma vez feitas as considerações preliminares, já podemos afirmar que estamos tratando de fontes documentais primárias. Abordando especificamente a fotografia, apesar de ser uma reprodução da fotografia original, esta condição não desabona seu caráter de testemunho e elemento que preserva a memória visual de contextos sócio-geográficos e culturais, bem como de seus fatos marcantes e transformações.

Kossoy a vê como uma fonte histórica tanto para historiadores da fotografia como para museólogos, cientistas sociais e outros estudiosos. Pontua que deve sempre ser percebida enquanto um meio de informação e conhecimento, no qual está intrínseco o valor documental e iconográfico (2001, p. 42 e 47).

Ainda segundo o mesmo autor no que tange a área museológica, o objeto imagem/original é essencialmente um objeto museológico, na medida em que tem relevância específica para a história da técnica fotográfica, tendo inerente seu valor histórico como testemunho de uma época, cabendo à reprodução, a função de multiplicação do conteúdo, disseminação da informação histórico-cultural (KOSSOY, 2001, p. 42). É importante sabermos que tal colocação em nenhum momento anula a idéia da reprodução fotográfica ser igualmente tratada como um objeto museológico.

É plausível considerarmos que as imagens que apreendem e documentam dadas características e aspectos de um fragmento da realidade de um local, cidade, paisagem ou espaço (enquadramos nessa categoria os objetos de estudo desse trabalho), mediante minucioso levantamento de dados, análise e interpretação, sejam vistos como importantes elementos usados para a recuperação de informações.

Voltando-nos à abordagem da Documentação Museológica, esta é entendida como sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica, ou instrumento de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1991, p. 65). Este conceito é aplicável não só a objetos e coleções institucionalizadas ou intramuros dos museus, mas a objetos localizados fora destes espaços. Corrobora com esta idéia nossa própria proposta de pesquisa, iniciada a parte de uma imagem fotográfica e três gravuras, não pertencentes ou situadas num museu.

Tal colocação nos permite afirmar, guardando-se as devidas noções de aplicabilidade ou uso dessa ferramenta investigativa em situações atreladas a conjunturas institucionais específicas, que a Documentação Museológica e a Pesquisa Documental partilham de princípios investigativos bastante semelhantes, em que uma pode retro-alimentar a outra, de maneira cíclica, constante, como a ilustração a seguir demonstra, destacando-se algumas das funções que possuem, como fomentadoras de dados confiáveis para as pesquisas científicas e meio de recuperação e disseminação informações.



Para Silvia Yassida a instituição museu, enquanto unidade que reúne informação, tem a responsabilidade de proporcionar meios de transmissão da informação, portanto, cabe a ela gerir sistemas eficientes que possibilitem a comunicação dos dados oriundos dos objetos de suas coleções (2009, p. 23). Estes dados devem receber tratamento específico para que, dentro de um fluxo informacional, se tornem instrumentos para a geração de conhecimento. Suely Cerávolo considera que a captação de dados sobre os objetos de museu concentra-se sobre aquisição, descrição, história, dentre outras etapas (2000, p. 04), e que, nesse sentido, documentação e pesquisa de museu caminham muito próximas.

Guiando-nos sobre esta luz, consideramos que tal qual a Documentação Museológica, a Pesquisa Documental primará pela compreensão dos significados intrínsecos e extrínsecos dos objetos, para em seguida fazer com que o conhecimento decodificado seja difundido através de exposições, no caso dos museus, ou de publicação de trabalhos científicos, como podem ser os artigos, monografias, dissertações, etc., sejam tais produtos finais elaborados em âmbitos institucionais ou não.

Fernanda Camargo-Moro, ao avaliar o museu na problemática que envolve a documentação, apresenta-o como única instituição que aprecia e estuda objetos, com profundidade (1986, p. 42). Reservadas as devidas especificidades da conjuntura institucional dos museus, o que seria o presente trabalho, se não um exercício de aprofundamento do conhecimento acerca da história, representatividade e demais referenciais associadas à trajetória de um ou mais artefatos? Nesse afã, tentaremos esgotar as possibilidades de apreensão de dados, a fim de explicitarmos o quão abrangentes e ricos podem ser as minúcias ofertadas pelos documentos, no nosso caso imagéticos.

Entende-se que esta práxis ocorre costumeiramente, mas não exclusivamente no espaço museu, instituição que adquire, registra, classifica, conserva, pesquisa e comunica, mas que para além das ações técnicas, tem por natureza, como sua principal missão, promover o desenvolvimento social e estar a serviço da sociedade, para a qual todas as atividades museológicas estão voltadas. Contudo, esta incumbência, para ser executada em sua plenitude, percorrerá árduo e longo processo, cabendo a documentação, aqui entendida como procedimento intimamente vinculado à pesquisa, uma das mais importantes etapas do quebra-cabeça da ação documentária direcionada a contextos culturais passados, sobretudo porque é ela quem irá forjar, legitimar e perpetuar os ideais de identidade e memória a serem absorvidos pela sociedade em que o museu se insere. Perfazendo ainda um ciclo contínuo, na proporção em que a cada geração há uma re-significação de informações transmitidas aos herdeiros desse legado.

CAPÍTULO 2 ASPECTOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DA FOTOGRAFIA

Local da Tomada Fotográfica

A afirmação de que a foto foi feita a partir da ladeira Manoel Vitório, local indicado no mapa subsequente pelo círculo fechado preenchido em vermelho e verde, validou-se a partir do momento em que foi feita uma sessão experimental de fotografias num dos setores de maior altitude do endereço por nós indicado como sendo o ponto de origem da tomada fotográfica. O método adotado para aferir o grau de veracidade de nossa suposição foi a sobreposição, na qual estabelecemos pontos referenciais na imagem, alinhamentos dos edifícios a partir do enquadramento que foi dado pelo fotógrafo, tendo como base o ponto referencial em questão (alto da Ladeira Manoel Vitório). Soma-se a isso mais uma observação, a imagem sugere ser uma composição de sucessivas e variadas fotos, visto que a área de abrangência da fotografia em ambos os municípios é muito extensa, de modo que nos possibilita suspeitar que ela não poderia ter sido capturada com apenas uma exposição fotográfica, mas sim, por várias, posteriormente formando uma única foto.

No mapa, as duas setas vermelhas apontam para o ângulo de visão horizontal alcançado pela fotografia na cidade de Cachoeira, no primeiro plano, enquanto que as setas verdes, assinalam a abrangência da fotografia na cidade de São Félix, em segundo plano. Nota-se que as indicações em vermelho formam um ângulo de abertura maior e com menor profundidade quando comparado ao verde, isso porque existem edificações e formações montanhosas que obstruem a visão do observador naquela proporção e para além do limiar do Rio Paraguaçu. Em contraponto, o ângulo mais fechado nos proporcionou uma vista com maior alcance em termos de noção de perspectiva.

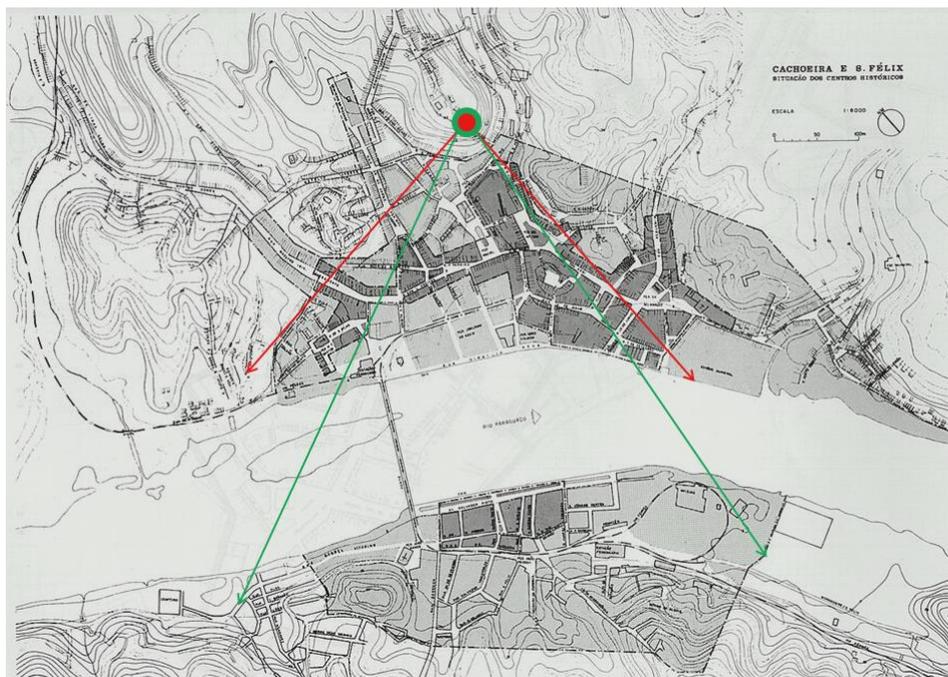


Fig. 1 - Mapa das cidades de Cachoeira e São Félix. Fonte: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1997.

Descrição das áreas e edifícios abrangidos na fotografia

Os dois municípios estão representados numa fotografia panorâmica em preto e branco, medindo um metro e meio de largura por quarenta centímetros de altura, sobre a qual está posta uma fina placa de vidro transparente e uma moldura em madeira⁹. Provavelmente foi feita por um autor de nome Procópio Bahia, assim escrito na lateral direita da própria fotografia. Segundo Boris Kossoy (2001), era prática bastante comum os fotógrafos registrarem seus nomes em fotografias panorâmicas.

Para iniciar a análise iconográfica, faz-se necessário expor que dada a dimensão da fotografia, em especial seu comprimento, optamos por realizar o estudo dividindo-a em cinco partes, o que implica dizer que foram feitas cinco seções fotográficas, correspondentes por sua vez a setores específicos de ambas as cidades. Para melhor organizar a descrição, cada seção receberá uma numeração

⁹ Na realidade esta não é a fotografia original, o senhor Isaque Tito fez uma cópia da original e a ampliou. A imagem que deu origem a esta reprodução é de tamanho reduzido e encontra-se em posse de uma cachoeirana atualmente residente na cidade de Salvador.

que irá variar entre os números um e cinco, seguindo-se uma sequência lógica. Ademais, teremos o acompanhamento da imagem reproduzida da fotografia¹⁰ histórica e uma foto atual feita em mesmo ângulo¹¹.

Adotaremos a metodologia de descrever e comentar sempre da esquerda para a direita, ordenadamente as principais ruas, edifícios religiosos e demais construções civis que se encontram registradas e em destaque. Inicialmente na cidade de Cachoeira que está em primeiro plano, ou seja, mais próxima do fotógrafo e, posteriormente em São Félix, que numa visão em perspectiva apresenta-se no segundo plano, mais distante do fotógrafo, sendo notória a separação das duas cidades pelo Rio Paraguaçu.

Na seção de número um, seguindo a metodologia acima proposta, em Cachoeira temos a princípio a Rua Benjamim Constant, onde se localiza o primeiro edifício religioso, a antiga e já demolida Igreja do Amparo. A conclusão de suas obras se deu em 1815, após passar dez anos em construção (MELLO, 1998, p. 116).

O edifício está em destaque na extremidade esquerda da fotografia, com sua face voltada para o fotógrafo. Sua fachada possui um frontão triangular, onde em seu ápice vê-se uma cruz. Abaixo do frontão estão postas quatro janelas sucedidas por quatro portas ao nível do chão, tendo uma torre do seu lado esquerdo (lado direito do observador). A título de localização, uma palmeira imperial encontra-se à sua frente, no mesmo enquadramento a palmeira equivale-se à altura da torre. Parte da lateral direita da igreja foi suprimida na fotografia, no entanto, percebe-se através de um singelo prolongamento, que esta dispunha de mais uma janela e porta.

Lamentavelmente, em 1948, num ato no mínimo insensato ou equivocado, esta imponente igreja foi demolida, sobre o argumento que se ergueria no mesmo local uma maternidade, surpreendentemente que nunca existiu (ROCHA, 2002, p. 94). Ato que pode ser classificado como uma afronta, uma mutilação ao legado patrimonial de interesse comum.

A Rua Ana Nery, subsequente à anterior, compreende a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Suas obras de construção tiveram início em 1694, tendo sido finalizadas em 1754. Tomando como base o enquadramento do fotógrafo, esta

¹⁰ Máquina fotográfica usada: Kodak Easy Share C1013, 10.3 MP, Zoom de 3x, Estabilizador digital de imagem, Lentes ópticas esféricas 34mm - 102mm.

¹¹ Esse mesmo procedimento será feito posteriormente com as demais imagens, com exceção do desenho oitocentista.

se encontra evidenciada em perspectiva lateral, mostrando-se com duas torres de cobertura em forma piramidal. No sentido horizontal, esta praticamente alinha-se à Igreja do Amparo, ao tempo em que tem sua fachada voltada para à mesma. Sua face desfruta de portadas ornadas em cantarias sobre pedra lioz portuguesa (IPAC, 1997, p. 47).

Seguindo o roteiro, chegamos à primeira construção civil, o Hotel Colombo, localizado na Praça 13 de Maio (popular Praça 25). Não se sabe ao certo a data de sua construção, mas, com base na observação acerca de suas características arquitetônicas, aparenta ser do início do século XX. Trata-se de um edifício com planta retangular, fachada simples e ausência de quaisquer elementos decorativos típicos das construções coloniais. Tendo como apoio a fachada da Igreja Matriz, o edifício está do seu lado direito, porém bem ao fundo, muito próximo à margem do Rio Paraguaçu.

O hotel possui inúmeras janelas, quatro pisos e em seu terraço vê-se centralizado um sótão em mirante. Atualmente o destacado edifício “vegeta” em completo estado de arruinamento, entregue as intempéries e ação dos vândalos.

Também na Rua 13 de Maio, o segundo edifício civil é o Hansen Bahia, construído em 1830. Baseando-nos na Igreja Matriz, o soberbo edifício está nos fundos da mesma igreja. Parte de seu telhado que é de quatro águas, no sentido Cachoeira/São Félix, tira-nos parcialmente a visão do rio.

Diz-se que D. Pedro II em 1859, numa curta estadia na cidade, haveria nele se hospedado, entretanto, o diário da viagem de D. Pedro II ao Nordeste do Brasil, menciona apenas que quando em Cachoeira, “o Imperador dirigiu-se à um camarim elegantemente arranjado”, não existindo qualquer menção a edifício ou rua onde teria se instalado¹².

Ao Largo da Ajuda chegamos após dirigirmo-nos à próxima esquina, onde no sopé da ladeira avista-se o prédio da Irmandade da Boa Morte. Ao subirmos este aclave, nos depararemos com mais um edifício religioso, falamos da terceira igreja a ser identificada, a de Nossa Senhora da Ajuda, localizada no alto de uma colina. Foi a primeira construção religiosa a ser erguida na então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, entre 1595 e 1606, a partir da qual tem início a formação da cidade (IPAC, 1997, p. 75). Como elemento arquitetônico que possa

¹² Dado retirado do Diário da Viagem de D. Pedro II ao Norte do Brasil (PEDRO. D. II, 1959).

ser identificado na fotografia, vê-se uma torre sineira. Através do ângulo do autor da imagem, localizamos essa igreja no mesmo alinhamento vertical do prédio Hansen.



Fig. 2 – Seção 1 da fotografia histórica.



Fig. 3 – Seção 1 da fotografia atual. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

Voltando-nos a um terceiro edifício civil, no mesmo largo anteriormente descrito, revemos o prédio onde funcionou, em 1925, uma casa de detenção, para mais recentemente ser convertida, primeiro, em biblioteca municipal e depois em sede da prefeitura municipal da cidade (IPAC, 1997, p. 75). Na representação fotográfica, podemos vê-lo a partir do mesmo perímetro da Igreja, estando este em maior destaque. Sua face está voltada a esta igreja, possuindo telhado de quatro águas com uma grande abertura no centro do telhado, elemento inserido no edifício devido ao pátio interno que possui. Nos fundos da construção percebem-se quatro janelas e duas portas. A seu respeito, é sabido que foi no período colonial uma destacada Casa Grande, onde morou aquele que é considerado como o fundador da Vila de Cachoeira, o senhor de engenho Álvaro Dias Adorno. Diante das informações apresentadas nos dois últimos parágrafos, podemos considerar a idéia de que a Casa Grande e a Igreja eram partes integrantes de um mesmo complexo agro-industrial, um engenho de açúcar, compreendendo além da casa grande e capela de Nossa Sra. do Rosário (atual da Ajuda), um engenho e um alambique, movidos pelas águas do riacho Pitanga, que corre a alguns metros daquela colina (IPAC, 1997, p. 76).

Na Praça Dr. Milton, largo subsequente à Rua Ana Nery, tomando-se a direita após sairmos da Igreja Matriz, citamos o Chafariz Imperial, mais uma construção de cunho civil, que é datado de 1827. Identificá-lo na imagem exigirá um pouco de esforço do observador, sobretudo pelo posicionamento em que se encontra com relação ao ângulo da tomada fotográfica, sendo para nós perceptível apenas sua extremidade mais elevada, que se equivale a uma parede em vista parcialmente traseira e lateral. A referida construção pode ser melhor vista ao lado esquerdo da igreja mais próxima do autor da foto, posicionada no primeiro plano do canto inferior da imagem. Infelizmente o ângulo não nos permite visualizar seus elementos constitutivos mais interessantes, que são os sete mascarões em bronze, o gradil que o ladeia e um brasão imperial em alto relevo posto abaixo de seu frontão. Esta foi durante muito tempo a principal fonte de abastecimento de água do centro da cidade.

No mesmo largo tem início a Rua da Santa Casa de Misericórdia, nome bastante sugestivo, tendo em vista a íntima relação que tem com a igreja de mesmo nome ali construída. Estamos falando não só de uma construção religiosa que

ostenta o nome de uma casa prestadora de serviços de saúde, mas sim de algo maior, relacionado a uma das mais prestigiosas irmandades já existentes no Brasil Colônia e Império, cujos membros pertenciam a nata da elite social. Controlava tanto a nível local como nacional, vasta rede de filantropia de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios (REIS, 1991, p. 51). Tendo suas obras de construção encerradas em 1734, pode ser vista no primeiro plano da fotografia, onde a percebemos numa vista traseira, contendo como elemento arquitetônico distintivo na imagem, a composição de apenas uma torre sineira. Unido e ao lado direito da igreja vê-se o edifício onde funcionou e atualmente funciona o setor hospitalar da Santa Casa de Misericórdia. A construção tem formato retangular com uma abertura retangular no centro do telhado.

Dirigindo-nos à segunda seção fotográfica, temos a Praça Maciel, largo que comporta o atual Mercado Municipal, não retratado por ter sido edificado após a tomada fotográfica.

Sua construção se deu ainda no século XIX, contudo, não se sabe por quais motivações, o centro comercial acabou sendo rejeitado pela população. Na ocasião, houve repressão por parte dos policiais do município na tentativa de fazer com que o local fosse utilizado à contragosto dos comerciantes. O ato mostrou-se infrutífero e as novas instalações permaneceram em total abandono¹³. Porém, no século seguinte (XX), um novo mercado é erguido e desta vez, aceito pelos populares, sendo até os dias de hoje intensamente usado, seja para a venda de carne bovina e farinha de mandioca no primeiro piso, ou para a prestação de serviços ofertados por barbeiros e sapateiros, no segundo piso, não restringindo-se apenas a estas atividades (ROTEIRO DE CACHOEIRA, 1970, p. 17). Há aproximadamente cinco anos, um pequeno núcleo de comércio especializado passou a integrar o principal pólo comercial da cidade, nas mesmas imediações do edifício anteriormente citado, é este o mercado do peixe, espaço onde se comercializam principalmente aos sábados, grande variedade de peixes e frutos do mar.

Seguindo para mais a diante, tendo vista privilegiada do Rio Paraguaçu e da cidade de São Félix, na Avenida Virgílio Reis (orla do município), com data de construção desconhecida, o Colégio Montezuma é um dos destaques. O localizamos entre o Jardim Grande (Praça Ubaldino de Assis) e o Faquir (Praça Góes Calmon). É

¹³ Possivelmente o primeiro mercado municipal construído na cidade localizava-se nas imediações do largo da Manga, atual campo da manga (ROTEIRO DE CACHOEIRA, 1970, p. 67).

mais perceptível no centro da imagem, isolado dos demais edifícios, próximo a margem do Rio Paraguaçu.

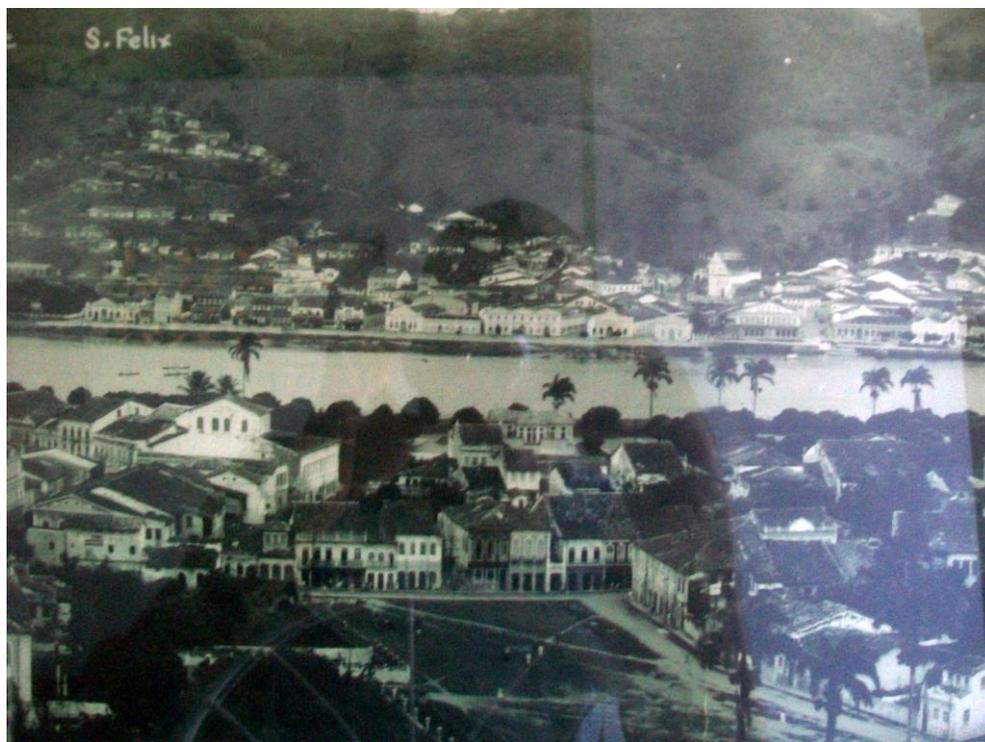


Fig. 4 – Seção 2 da fotografia histórica¹⁴.



Fig. 5 – Seção 2 da fotografia atual. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

¹⁴ O reflexo existente nas cinco seções da fotografia histórica dá-se por conta da fina placa de vidro que a sobrepõe.

Na terceira seção, na Rua Monsenhor Tapiranga, vê-se o Quarteirão Leite e Alves, o qual hoje acolhe o Centro de Artes Humanidades e Letras, um dos *campi* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Chegamos até este após sairmos da Praça Maciel, dirigindo-nos à primeira direita e seguirmos em frente, logo então avistaremos um grande prédio que ocupa todo um quarteirão. Construído entre os anos de 36 e 37 do século XX, funcionou a princípio enquanto fábrica de charutos com o nome Leite e Alves, após o fechamento do empreendimento, a construção teve diversas utilidades que se estenderam desde oficina e garagem para os veículos da prefeitura municipal da cidade, ou lixão onde todo o lixo da população era depositado.

Assentada em mesma rua que o prédio Leite e Alves, mais precisamente à esquina que nos conduz ao Largo do Monte, é notório a sede da centenária Filarmônica Lira Ceciliana, fundada na segunda metade do século XIX (1870) pelo ilustre maestro e compositor Manoel Tranquilino Bastos, personalidade atuante nas causas que envolviam o prolongado martírio das lutas a favor da alforria dos escravos, sendo, portanto, um abolicionista. Legou-nos incontáveis obras musicais (partituras) que variam entre dobrados e marchas hoje executadas pela filarmônica em desfiles e procissões. Uma de suas criações mais emblemáticas, como não poderia deixar de ser, faz menção ao tráfico escravista, com o título, “Navio Negroiro”¹⁵.

Integrando parte de um projeto de implantação da linha férrea que facilitaria o transporte de mercadorias desde o sertão ao Recôncavo Baiano, ainda na terceira seção fotográfica, a Ponte D. Pedro II é o elemento a ser destacado. Atualmente com 125 anos, foi inaugurada em 1885, tendo sido constituída por alicerces de concreto armado e estruturas metálicas. Na imagem pode ser identificada aos fundos do Leite e Alves e fazendo a ligação entre as cidades de Cachoeira e São Félix, passando por sobre a Ilha do Conde ou popularmente chamada Ilha de Mata Onça. Recentemente a ponte sofreu uma reforma que substituiu seu piso de madeira por placas metálicas nos três setores que a compõem, o central, destinado ao uso de veículos automotores de grande médio e pequeno porte, carros, caminhões, carroças, e trens, quanto aos dois laterais, são próprios para pedestres e ciclistas.

¹⁵ <<http://jornaloguearany.blogspot.com/2010/12/cachoeirabahia-filarmonica-lira.html>> Acesso em: 08 de mar. 2011, 13:26:53.



Fig. 6 – Seção 3 da fotografia histórica.

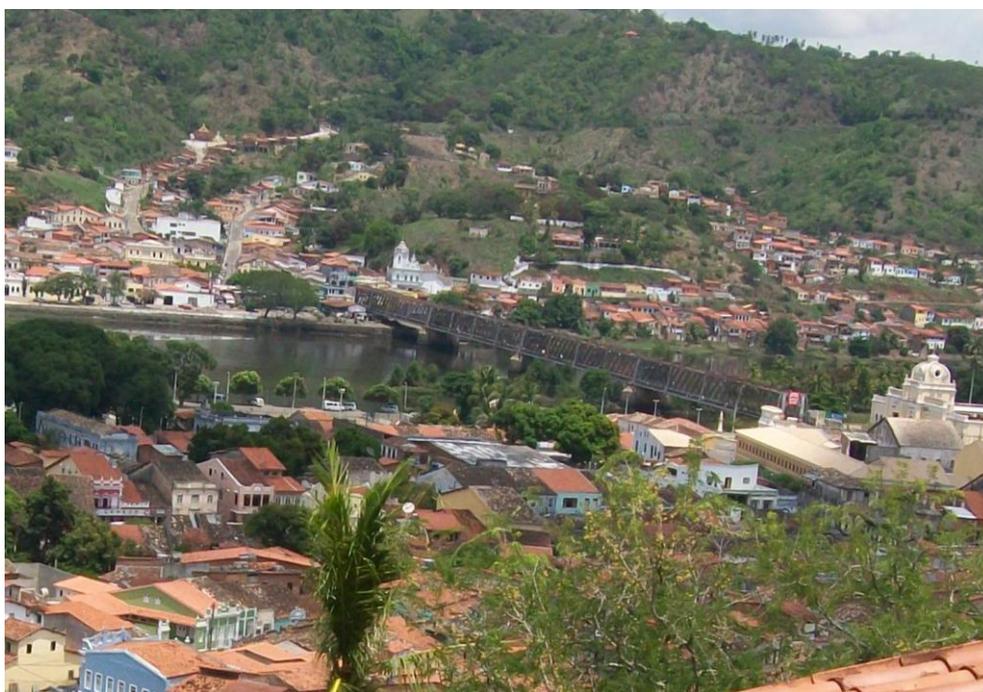


Fig. 7 – Seção 3 da fotografia atual. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

Dado relevante é a existência de um sítio arqueológico abaixo da ponte, à margem esquerda do rio. Acredita-se ter sido um antigo ancoradouro ou atracadouro

de embarcações, deste restaram-se apenas restos construtivos que faziam parte de seus alicerces (FERNANDES, 2010, p. 73).

A Estação Ferroviária (lado direito da ponte) foi construída antes da inauguração da Ponte D. Pedro II, em 1876, data considerada para inauguração oficial do tráfego ferroviário entre Cachoeira e Faria de Santana (MELLO, 1998, p. 87).

Visualizada em mesma seção que a estrutura anterior, configura-se enquanto parte constituinte do sistema de tráfego de trens, mostrando-se dessa forma muito próxima a entrada da Ponte D. Pedro II. É a última construção em evidência na extremidade direita da imagem, disposta de uma imponente cúpula central. Há menos de dois anos a estação sofreu uma alteração arquitetônica polêmica, a incorporação de mais uma entrada ou abertura de acesso às máquinas. A medida visou acabar com o congestionamento de carros gerado pelas lentas manobras que os trens tinham que fazer ao saírem da estação em direção à São Félix. Os problemas do congestionamento foram reduzidos, permanecendo em contrapartida as sequelas dessa ação, posto que esteticamente a estação ferroviária se tornou desfigurada, descaracterizada.

O Largo do Monte está localizado no cume da principal ladeira que começa ao tomarmos a primeira direita após passarmos pela Lira Cecília. Nesta, a Igreja de Nossa Sra. da Conceição do Monte é o principal edifício, em que percebemos sua fachada voltada para a dita ladeira. Tem em seu lado direito uma torre sineira com formato piramidal ornada com fragmentos de faianças finas de tipologias variadas. Podemos notá-la com facilidade no lado direito da imagem. Suas obras de construção foram finalizadas em 1784, havendo sido remodelada em 1796 (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007, p. 08).

Cabe ao Largo do Rosarinho a quinta e última seção, composta por uma tríade de construções notáveis. Vistos como muito significativos enquanto referenciais identitários e patrimônio histórico para a cidade, estes são, a Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos do Monte Formoso, inaugurada em 1842 (CABRAL; CURVELO, 2004, p. 81). A distinguimos das demais por ser a primeira construção em destaque da esquerda para a direita na fotografia. O edifício possui três portas de entrada centrais e três janelas alinhadas acima das portas, sendo seu telhado de duas águas. Em sua lateral esquerda num nível mais recuado e unida a própria igreja, vê-se o que parece ser uma sacristia.



Fig. 8 – Seção 4 da fotografia histórica.



Fig. 9 – Seção 4 da fotografia atual. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

Também ao lado esquerdo da Igreja do Rosário (lado direito para o leitor) temos o Cemitério dos Pretos, segunda construção no referido largo. Sua entrada apresenta-se com uma mureta retangular baixa ladeada por grades metálicas e um portão de mesmo material. Em seu interior estão presentes as carneiras e sepulturas do cemitério.

Na extremidade direita da imagem, um tanto quanto isolado das demais construções, o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo se faz presente. Com data de construção iniciada em 1892, do mesmo modo que o Cemitério dos Pretos, tem este uma mureta retangular, porém sem o complemento das grades, que circunda uma pequena capela. A frente do cemitério, duas palmeiras imperiais podem ser notadas. Atualmente, o cemitério se encontra em estado lamentável de abandono, com seus túmulos no mais das vezes depredados ou violadas e sua capela, em mau estado de conservação.

É perceptível nesta seção o contraste existente no largo do Rosarinho se compararmos ao que hoje este se tornou, uma comunidade repleta de casas. Na época da execução da tomada fotográfica não existiam muitas construções civis naqueles arredores, um elemento construtivo no canto direito inferior da seção anterior, uma mureta com portão, nos indica que aquela área era de propriedade privada. O acesso se fazia por um caminho (hoje corresponde a uma ladeira com calçamento) que passava pelos cemitérios e chegava à lateral direita da igreja.

É bem provável que nesse espaço, tenha acontecido uma invasão por parte dos moradores, havendo assim um conseqüente e considerável crescimento demográfico. Um dos fatores que podem ter contribuído foi a perda do medo de se adquirir miasma, fator determinante para que os cemitérios cachoeiranos fossem erguidos nas zonas periféricas da cidade.

Finalizada a descrição na cidade de Cachoeira, nos voltamos à nossa próxima parada, o município de São Félix, onde na primeira seção da extremidade esquerda da foto vê-se parcialmente um conglomerado de casas postas na comunidade denominada Vila, na qual identificamos enquanto elementos que se destacam na representação, galpões hoje não mais existentes por terem sido tomados por casas populares.



Fig.10 – Seção 5 da fotografia histórica.



Fig. 11 – Seção 5 da fotografia atual. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

Na segunda seção, está a Praça Rui Barbosa, logo após sairmos da Vila, no sentido Ponte D. Pedro II e alcançarmos a Estação Ferroviária. É percebida na fotografia por estar muito próxima de alinhar-se com a palmeira imperial mais alta da orla de Cachoeira, no canto esquerdo da imagem. É datada de 1881, marco indicado no portão metálico do próprio edifício. Arquitetonicamente falando, seu edifício possui três pisos que, no sentido primeiro piso/teto, iguala-se a uma disposição escalonada, havendo um afunilamento ou estreitamento de baixo para cima. Aos fundos verifica-se de forma prolongada, uma cobertura metálica destinada à parada esporádica dos trens.

As estações ferroviárias das duas cidades eram elementos constituintes da Estrada Central da Bahia, inicialmente chamada de Paraguassu Steam Tram Road Company (1865) e Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company (1875). Com suas obras iniciadas em 1867 no ramal ligando Cachoeira a Feira de Santana, foi inaugurada provisoriamente com 45 km de extensão em 1875, sendo definitivamente liberado no ano seguinte. O ramal ferroviário da cidade de São Félix, visto como mais importante, fazia ligação com a Chapada Diamantina, tendo sido implantado em 1881, de São Félix a Tapera (ZORZO, 2001, p. 80). A data indicada no portão da estação ferroviária, portanto, corresponde a sua data inaugural.

Caminhando um tanto mais à frente, ainda na seção de número dois, avistaremos a Praça João Pessoa, para a qual temos como referência a Igreja de Senhor São Félix, datada do século XVIII. Tem sua fachada parcialmente voltada para o fotógrafo, contendo uma torre sineira piramidal, quatro janelas e uma porta central. Trata-se da primeira construção religiosa da esquerda para a direita na representação fotográfica.

Seguimos à Avenida Salvador Pinto, identificada na orla da cidade de São Félix, chegamos à antiga fábrica de charutos Dannemann, fundada em 1872 pelo proprietário Geraldo Dannemann, que mais tarde, em 1890 haveria de se tornar 1º Intendente eleito por voto popular na mesma cidade (DOURADO, 1990, p. 12). Na fotografia o localizamos a partir da última palmeira imperial do canto direito da imagem, que se alinha a esta no sentido vertical. A fábrica atualmente além de dar continuidade (em menor escala) à produção fumageira, atua como um espaço dinâmico de promoção da cultura local.

Instalada na Ladeira de Santa Bárbara, antiga entrada para cidade de Muritiba, a fazenda de análogo nome ou Fundação Hansen Bahia foi de propriedade

do artista alemão Hansen Bahia. É o edifício mais elevado na paisagem no canto superior direito da fotografia. Hoje funciona como uma instituição de caráter museológico, por possuir relevante acervo produzido pelo xilógrafo alemão.

Já na terceira seção, situado entre a Praça José Ramos e a Rua Benjamin Constant, onde hoje temos a rodoviária do município, temos perceptível a já extinta fábrica de charutos Costa Penna. Pode ser vista ao lado esquerdo da Ponte D. Pedro II. Trata-se na realidade de um conjunto de prédios na orla da cidade que se estendiam por todo aquele quarteirão. Grande parte do conjunto foi demolido entre 1963/67, através de uma ação movida pela Prefeitura Municipal de São Félix, que alegou na ocasião Utilidade Pública contra o já falido empreendimento¹⁶.

Com seu endereço em mesma ladeira que a casa de Hansen, a Igreja de Santa Bárbara, construída no início do século XX, está próxima ao topo da primeira ladeira a esquerda da fotografia. Segundo crença popular, as águas do lavabo da igreja exercem influência capaz de promover curas, informação responsável por num passado recente atrair número considerável de fiéis a São Félix, aspecto que nos últimos anos vem perdendo força e se refletindo na diminuição do número de turistas que chegavam à cidade quando das festividades da igreja.

Saindo do morro e nos dirigindo às principais ruas, atingimos a Praça José Ramos, onde encontramos com a Matriz de Senhor Deus Menino, erguida no final do século XVIII¹⁷. Ao adentrarmos a cidade através da Ponte D. Pedro II, facilmente a avistamos de forma frontal. Por ter sido erguido sobre um terrapleno, acima do nível do solo e das principais ruas da cidade, fez-se necessário a construção de uma pequena escadaria e pátio ladeado por pequenina mureta a fim de permiti-lhe o acesso. Esta contém como elementos arquitetônicos em destaque, uma porta central, quatro janelas, frontão rococó e uma torre sineira, sendo seus dois pavimentos marcados por uma cornija ao nível do coro. O interior do templo edifício religioso sofrera bastante modificações, onde substituiu-se pisos, forros, altares, tribunas e mobiliário (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA, 1997, p. 335).

O Chalé dos Guinley, casarão erguido a partir de 1907 pela firma Guinleys e Cia, por ocasião da construção da Barragem Bananeiras, primeira represa

¹⁶ Certidão passada a pedido da Prefeitura Municipal de São Félix nos atos nº36660 de ação de desapropriação por utilidade pública contra a massa falida Costa Penna e Cia, no ano de 1963 (Arquivo Público da Cidade de São Félix).

¹⁷ Dados retirados do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC, 1997, p. 335).

construída na região para conter as constantes cheias do Rio Paraguaçu, foi morada de arquitetos e profissionais de áreas afins que projetaram e coordenaram a execução das obras de instalação da mencionada barragem, acolhendo inclusive, diretores da concessionária, a exemplo do Sr. Eduardo Guinley¹⁸. Pode ser identificada na foto como sendo a única edificação notável fincada no morro aos fundos da matriz da cidade.

Por fim, postada na Av. Manoel Vitorino, a Santa Casa de Misericórdia ou Hospital N. Sra. da Pompéia, construído em 1923 (DOURADO, 1990, p. 14), é a última construção a ser descrita neste capítulo (quarta seção). Na representação fotográfica, vale salientar a pouca nitidez da construção, estando alinhada no sentido vertical, à palmeira mais alta no canto esquerdo da imagem. Seu acesso se faz após sairmos da Ponte D. Pedro II, dobrarmos à direita, seguirmos em frente, para então, nos conduzirmos à esquerda, onde logo a avistaremos.

De fato, nesse primeiro momento, nota-se, exceto pela construção de alguns edifícios e demolição de outros, que os setores abrangidos pela fotografia, correspondentes aos centros históricos dos já citados municípios, não sofreram modificações drásticas. Em sua maior parte, os elementos arquitetônicos e o traçado urbano, permaneceram inalteráveis. Não obstante, um componente natural sobressalente e por isso facilmente notado em todas as divisões da fotografia, usado por nós em alguns momentos como referência, no perímetro da cidade de Cachoeira, são as palmeiras imperiais, hoje quase extintas. As mesmas estavam em frente à Igreja do Amparo, na orla e Avenida Virgílio Reis, nesta última desde a Praça Góes Calmon (popularmente chamada de Faquir) à Praça Manoel Vitorino, em seguida nos fundos da Estação Ferroviária e Largo do Rosarinho.

Como se percebe, praticamente toda a zona nobre da cidade era contemplada com a beleza dessas majestosas palmeiras, o que contrasta com a nossa atual realidade, a qual ainda nos brinda, nos arredores do Cemitério da Piedade, com um ou dois exemplares. A seguinte imagem, conjuntamente com a fotografia histórica, demonstram ao menos, que até 1958, data da fotografia extraída de publicação do IBGE, elas existiam generosamente na orla da cidade, mesmo que conjuntamente à outras árvores aparentemente semelhantes aquelas que hoje estão inseridas em mesmo espaço.

¹⁸ Informação coletada do Arquivo Público da cidade de São Félix, do questionário sobre a história da cidade de São Félix, elaborado pelo coordenador do arquivo, o Sr. Oseas Souza.



Fig. 12 - Avenida Ubaldino de Assis. Fonte: IBGE, 1958.

Máquinas fotográficas predominantes na primeira metade do século XX

Visto não termos uma idéia exata do tipo de tecnologia utilizada pelo nosso fotógrafo (Procópio Bahia, nome escrito na própria foto), traçaremos um campo de possibilidades indicativas das máquinas fotográficas de maior aceitação e utilização até a primeira metade do século XX, estendendo-se um pouco a 1951, limite cronológico para a elaboração da imagem. É interessante pensarmos que uma destas câmeras poderia ter sido usada por Procópio Bahia para a captura da imagem.

Atribui-se a George Eastman o mérito pela democratização do acesso às máquinas fotográficas. Aos 26 anos (1880) Eastman começou a comercializar sua própria produção, abandonando no ano seguinte seu emprego de bancário em Nova York, para não tão distante, lançar a Kodak em 1888. O processo de obtenção da fotografia transformou-se a tal ponto, que o *slogan* da Kodak era: “*Você aperta o botão, nós fazemos o resto*”. Essa diferença se torna expressiva no instante em que mencionamos o nome do físico francês Joseph Nicéphore Niépce, considerado o precursor na produção de fotografias utilizando-se da ação direta da luz sob materiais fotossensíveis, o qual nos anos de 1822, obteve após uma exposição de 8 horas, fotografias das construções vistas a partir da janela de sua sala de trabalho, usando verniz de asfalto aplicado sobre vidro e uma mistura de óleos. Ou, o também francês Louis Daguerre, que em 1837 após aperfeiçoar sua invenção, o

daguerreótipo, ainda não havia solucionado o problema da má qualidade das imagens, no mais das vezes invertidas e com pouco contraste, tendo como tempo de exposição para captura de objetos e paisagens, de 15 a 30 minutos (BUSSELLE, 1979, p. 30).

No Brasil a fotografia teria chegado em mesmo ano que houve o anúncio da descoberta feita por Daguerre. Louis Compte, capelão de um navio-escola francês haveria trazido a invenção para as terras brasileiras e apresentado à D. Pedro II, na época com 15 anos. O infante imperador teria ficado tão impressionado com o que vira que solicitou a encomenda de seu próprio equipamento de daguerreotipia. Pedro II é considerado por muitos, em virtude deste fato, como o primeiro fotógrafo brasileiro (SOUZA, 2010, p. 23).

De certo, o que impulsionou o uso da fotografia foi a nova geração de máquinas, da qual Richard Muddox, mesmo antes de George Eastman, foi um dos responsáveis, quando criou uma chapa manipulável utilizando gelatina para manter o brometo de sódio estável. Em 1877 já era possível encontrar à venda nas lojas, placas acondicionadas em caixas prontas para serem usadas. Esta última criação não limitou-se a facilitar o uso da técnica fotográfica, desencadeou mudanças nos formatos e dimensões das câmeras, mudanças que se refletiram com a difusão das câmeras portáteis na Grã-Bretanha e América do Norte (BUSSELLE, 1979, p. 32).

Vendida a um dólar e com visor opcional, a Brownie, lançada em 1900, tornou a fotografia ainda mais acessível ao grande público (BUSSELLE, 1979, p. 32). A partir da Primeira Guerra Mundial, a indústria alemã assumiu papel importante nos processos fotográficos, lançando em 1925, a primeira máquina fotográfica miniaturizada de precisão, a Leica, desenhada pelo engenheiro Oskar Barnack. Obtendo grande sucesso entre amadores e profissionais, usava negativos semelhantes ao dos filmes de cinema, representando grande economia de prata para a produção das emulsões dos negativos, além disso, possuía excelente qualidade óptica, compensando os problemas de ampliação do produto final (OLIVEIRA, 2008, p. 56-57).



Fig. 13 – Brownie¹⁹

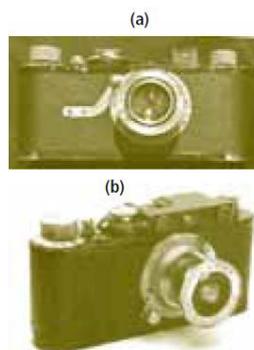


Fig. 14 - a) Primeira Leica (1925).
b) Leica de 1932. Fonte: OLIVEIRA,
2008, p. 56.

Em 1928 surge a *Rolleiflex-TLR*, idealizada pela *Franke und Heidecke*, de *Brunswick* (Alemanha). Seu maior trunfo eram suas duas objetivas. Após a Segunda Guerra Mundial, foi lançada aos consumidores, em 1948, a *Hasselblad*, muito conhecida dos especialistas, tinha muita qualidade técnica e apuro (OLIVEIRA, 2008, p. 56-57). Ao longo dos tempos, o aperfeiçoamento das máquinas fotográficas seguiu uma linha caracterizada pela crescente sofisticação e tamanho sempre mais reduzido que as anteriormente lançadas.

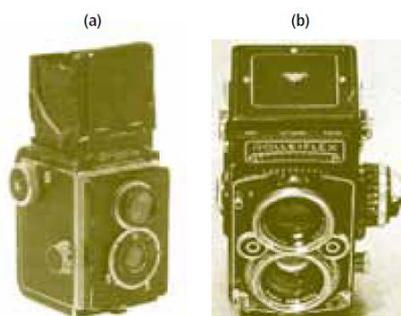


Fig. 15 - Rolleiflex TLR
a) Primitiva; b) Desenvolvida
Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 57.



Fig. 16 - Hasselblad F 1600
Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 57.

¹⁹<http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mara_escura>.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE ICONOGRÁFICA DOS DESENHOS E LITOGRAVURA

Cachoeira e São Félix figuram em dois desenhos e numa litogravura, sobre os dois primeiros, o aquarelado setecentista é de autor desconhecido, o conseguinte oitocentista, foi executado pelo brigadeiro Salvador José Maciel, um engenheiro militar. Já a litogravura do século XIX, foi feita numa expedição chefiada por Karl Friedrich Philipp von Martius (1781-1826) e Johann Baptist von Spix (1794-1864), os quais realizaram importantes e conhecidas expedições pelo Brasil entre os anos de 1817 e 1820²⁰. Contudo, atribui-se a Martius ou a Thomas Ender, pintor de paisagens também partícipe da campanha, o esboço inicial da representação, redesenhada ou gravada posteriormente por F. W. Von Couven²¹. Os desenhos de Spix e Martius teriam sido feitos em sua maioria, durante a viagem, sendo posteriormente (provavelmente já na Europa) retrabalhados pelos gravadores (SALLAS, 2006, 15).

Diferentemente das viagens exploratórias anteriores, os viajantes do século XIX vem para o Brasil com o intuito de produzir conhecimento científico seguro. Nesse sentido, na expedição da qual faziam parte von Martius e von Spix, constavam também dois profissionais da imagem, o pintor de paisagens Thomas Ender e o desenhista de plantas H. Buchberger, cujo trabalho deveriam conferir ainda maior realidade aos relatos escritos (GUIMARÃES, 2000).

Martius fala com entusiasmo sobre a estada da expedição em Cachoeira e São Félix, onde chegara após ter passado incontáveis dias no sertão baiano. Confirma efetivamente terem feito o esboço inicial que deu origem a litogravura sob

²⁰ Naturalistas de origem alemã, Spix era zoólogo, Martius, médico e botânico. A expedição por eles capitaneada percorreu grande parte do território brasileiro, passando por Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Suas observações e anotações foram de fundamental importância para a compreensão das espécies vegetais e das populações brasileiras da primeira metade do século XIX (MARTINS, *et ali.*, 2005).

²¹ A Biblioteca Mário de Andrade noticiou o desaparecimento de dois exemplares (um colorido e outro preto e branco) dessa litogravura antes presentes no Atlas Zur Reise in Brasilien, de autoria de Spix e Martius.

a epigrafe “Villa de Cachoeira”, como forma de guardá-la na memória (VON MARTIUS, 1938, p. 76).

Fato curioso foi o convite do Sr. da Câmara, de Tijuco, proprietário e senhor do Engenho da Ponta, situado nas proximidades de São Francisco do Iguape, para que passarem alguns dias em seu engenho de açúcar. O convite foi prontamente aceito, havia inclusive um capataz encarregado de conduzi-los até o referido local. Quando ainda no porto, prestes a partir, uma forte tempestade os havia impedido de zarpar, coisa que só foi possível na manhã seguinte, a partir do porto de São Félix. Dias depois, já em Salvador, constataram aquilo que haviam temido acontecer naquele aguaceiro enfrentado, a perda de parte de suas coleções armazenadas em caixões (VON MARTIUS, 1938, p. 77).

O primeiro desenho foi feito a partir da cidade de São Félix, muito provavelmente do alto da via que nos conduz à Muritiba. Precisamente nas imediações da segunda curva após a estação de tratamento de água da cidade. O método aplicado por nós para aferirmos essa informação e alcançarmos o ângulo mais próximo ao do desenho, foi o posicionamento da Igreja Matriz, referencial aparentemente usado pelo autor, que dá a entender tê-la executado em alinhamento com esta igreja. Não foi possível atingir exatamente a proporção conseguida na iconografia, porque se assemelha a uma planta baixa, ou uma fotografia aérea.

Chegamos a essa conclusão pelo fato de assim como no caso da fotografia histórica, termos realizado uma seção experimental fotográfica a fim de confirmarmos nossa hipótese. Aqui, tentamos nos aproximar o máximo possível do enquadramento dado ao desenho, ainda que tenhamos nesta uma escala diferente da fotográfica. O leitor deve levar em consideração ao na comparação, algumas alterações na paisagem, a exemplo da vegetação antes não existente em pontos específicos e a construção de novos edifícios, aspecto que poderá nos conferir certa estranheza²².

O segundo, por ter sido localizada mais tardiamente, recebera um trato mais superficial quando comparada aos demais, não tendo, por exemplo, o aferimento do ponto específico em que foi feita, nem uma descrição detalhada das áreas e edifícios representados. Sua função será nos auxiliar na observação de elementos que se assemelham ou diferem na fotografia histórica e nas demais imagens.

²² O mesmo procedimento é posto em prática na segunda gravura.

Quanto à litogravura, foi realizada a partir das cercanias da estação ferroviária de São Félix, contemplando brevemente, em primeiro plano, um conjunto de modestas casas à margem direita do rio Paraguaçu, tomando a cidade de Cachoeira, no segundo plano à outra margem, em vista frontal e generosamente melhor ilustrada. Os desbravadores através de suas impressões escritas, estimaram naquele contexto, que Cachoeira tivesse cerca de mil casas e mais de dez mil habitantes (UFBA. 1979, p. 25).

Prolongaremos um tanto mais neste ponto, apresentaremos as principais ruas e edifícios à mostra, concomitante ao tempo em que iremos nos ater sempre que pertinente, a aspectos peculiares, pontuais nas imagens, seguindo-se a metodologia de abordarmos primeiro o mais antigo, para posteriormente tratarmos dos mais recentes, descrevendo a cidade de São Félix, para em seguida aplicarmos o mesmo método em Cachoeira, sempre no sentido horário.

Desenho setecentista

Datado do século XVIII, provavelmente de 1792, denominada “*Mappa da Villa de Cachoeira*” (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007), é embora não tão cuidada artisticamente, muito rico em informações e detalhes, ao ponto de podermos perceber por uma privilegiada vista aérea, o claro delineamento da malha urbana das duas cidades.

Sem mais delongas, nos orientando a partir do que propomos neste tópico, é oportuno começamos a aplicar a análise iconográfica. Na cidade de São Félix, alinhada no sentido vertical com a primeira embarcação da esquerda para a direita, pelo seu posicionamento, acreditaríamos tratar-se da Igreja de Senhor São Félix, visto na realidade estar postada para além dos limites da Ilha de Mata Onça, mas, uma observação faz-se necessário nesse instante. Salvo a remota possibilidade da existência no século XVIII de outro edifício religioso naquele perímetro, é provável que a igreja que tratamos seja a Matriz de Senhor Deus Menino, posicionada pelo autor a algumas quadras do seu legítimo endereço, que deveria ser antes dos limites da Ilha de Mata Onça, não para além destes.

Agora na faixa de maior concentração de construções, na atual Avenida Salvador Pinto, algumas edificações perfiladas inevitavelmente nos fazem lembrar dos grandes galpões de armazenamento de fumo tão peculiares a cidade. À margem do rio e próximo aos supostos galpões, há um prolongamento retangular na cor marrom com sombreado mais escuro. Seria este um antigo cais? São Félix ainda dispõe de um antigo atracadouro ou ancoradouro, localizado nos arredores do bairro denominado Vila, contudo este não assemelha-se ao que está representado na imagem, portanto, não estaríamos falando da mesma estrutura construtiva.

Robert Smith, em seu artigo "*Some Views of Colonial Bahia*", levanta a suposição desse componente ser uma torre defensiva erguida na margem direita do Paraguaçu (SMITH, 1948, p. 43). Esta é uma proposição questionável, para não dizermos pouco provável, já que não existem registros documentais que comprovem a existência de tal torre, muito menos de vestígios arquitetônicos dos seus alicerces no local indicado, atualmente ocupado por uma quadra poli-esportiva na orla de São Félix. Recentemente nesse mesmo local (Av. Salvador Pinto), foi feita uma reurbanização e nenhum tipo de alicerce, necessário ao suposto tipo de torre defensiva, foi evidenciado. Comparando o desenho da construção com os demais e similares presentes no desenho, suspeitamos que se trate de um cais destinado à atracagem de embarcações, tal qual aquele visto acima e à esquerda, na margem de Cachoeira.

Na Praça João Pessoa, avistamos a Igreja de Senhor São Félix, podemos considerar tal igreja lateralmente à visão do autor da imagem, representada de forma um tanto afastada do conglomerado de edifícios e ao sopé do morro. A consideração que fazemos nesse ponto toca tanto ao seu posicionamento, que deveria ser antes do possível cais e, à disposição de sua fachada, que está parcialmente com sua face voltada para o ponto de referência e execução da iconografia, quando na realidade, o que deveríamos ver seria estritamente os fundos deste templo religioso. Não se sabe por quais motivos, mas aquele que confeccionou o desenho, postou a referida igreja com sua face para o poente do sol, quando esta deveria posicionar-se à sua nascente, e, assim como no caso da Matriz de São Félix, a projetou à algumas quadras de sua real localização.

Esgotadas nossas observações nessa parte do território, miramos nossos olhares à Cachoeira. O que inicialmente nos chama atenção na extremidade esquerda da iconografia é um conjunto de elementos que reúne traços particulares e

propícios à uma especulação, acompanhemos estes elementos; o córrego ou riacho (extremidade esquerda) que deságua no Paraguaçu, conjunto de três ou quatro edificações medianas muito próximas ao córrego, denominado Três Riachos, mais um paredão complementado por portão entre o riacho e o rio. A hipótese levantada, tendo em vista tal conformidade, diz respeito à existência naquela localidade hoje denominada Viradouro, de uma possível unidade produtora de açúcar (FERNANDE e OLIVEIRA, 2007), hipótese levantada através da execução do Projeto de Mapeamento de Sítios Arqueológicos nas Cidades de Cachoeira e São Félix (FERNANDES, 2010), o qual registrou dezenas de sítios arqueológicos, dentre estes o possível engenho a que nos referimos.

No mesmo espaço delimitado por uma faixa de vegetação baixa, avistamos a Igreja de N. Senhora da Conceição do Monte, ermida mais elevada naqueles arredores. Erguida em 1784, sofreu modificações a partir do ano de 1796 (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007), fato que poderia justificar sua feição dispare ao que hoje apresenta. Atualmente a igreja não mais possui o nártex, mas ganhou outro elemento arquitetônico, uma torre sineira à sua direita.

A partir das áreas limítrofes da Ilha do Conde (também conhecida como Ilha de Mata Onça), à margem esquerda do rio, constam três prolongados cais aparentemente em madeira. Esta informação nos faz refletir acerca de outro sítio arqueológico levantado no projeto de mapeamento anteriormente comentado. Referimo-nos aos restos construtivos perfilados sob a Ponte D. Pedro II (margem esquerda do rio), indicativos de servirem como possíveis alicerces para um ancoradouro ou atracadouro de embarcações, ou, da primeira tentativa de construção de uma ponte.

Apóiam essas hipóteses, informações de que em 1817, o Regente D. João VI em resposta ao Senado da Câmara de Cachoeira, que havia solicitado a construção de uma ponte entre as cidades de Cachoeira e São Félix, enviou para elaboração do projeto, o engenheiro Salvador José Maciel, o qual preparou um plano para iniciar as obras de construção de um novo cais e continuação dos serviços da ponte (o que incluiu inicialmente a execução de uma ponte de madeira), posto que a idéia havia sido lançada em 1754 por um dos membros do Senado da Câmara, muito embora não tenha sido executada naquela ocasião (ROCHA, 1985, p. 6).



Fig. 17 – “Mapa da Vila e Cachoeira”. Fonte: REIS. 2000, p. 55.

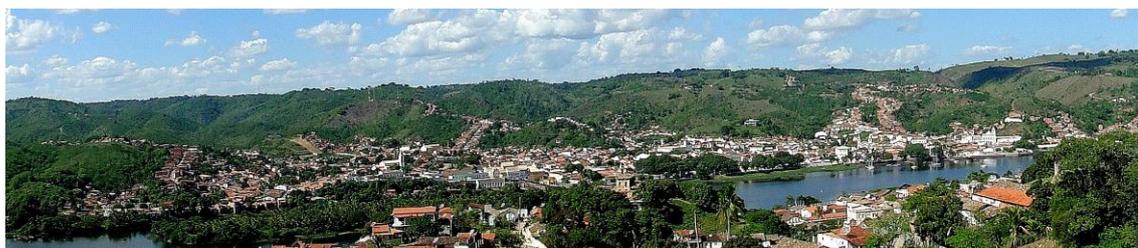


Fig. 18 – Vista panorâmica de Cachoeira e São Félix. Autor: Ivan Americano, 2011.

O espaço correspondente ao Largo do Rosarinho está em destaque entre o Largo do Monte e o próximo riacho, onde avistamos o que parece ser uma Igreja, isolada das demais construções, que se chega através de um caminho bem delineado. Não poderia ser a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Monte Formoso, pois foi erguida em 1842 (VOTORANTIM, 2004, p. 81), data posterior a gravura. Haveria de ser uma pequena capela já ali construída em fins do

século XVIII? Os dados até então colhidos não nos permitiram precisar esse informação.

Retornamos à margem do Paraguaçu, onde o que nos interessa neste instante são as áreas compreendidas como Praça Manoel Vitorino e Avenida Virgílio Reis, na imagem, vistas entre o primeiro cais no sentido horário e o ponto de deságua do Riacho Pitanga, segundo riacho em mesmo sentido, no centro da imagem. Nota-se uma enseada indo de encontro ao Pitanga, esta conformidade foi alterada em algum momento, porque não a vemos mais nos dias de hoje. Toda aquela faixa, que se estende desde o atual prédio do Tiro de Guerra à quadra poliesportiva, foi aterrada, tomando assim o espaço do que era um mangue ou brejo (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007). Contam os populares que o riacho Pitanga delimitava a área considerada como desvalorizada da cidade (à esquerda da gravura) e o setor próprio aos nobres (à direita da gravura), cabendo à pequena ponte (atualmente abaixo dos paralelepípedos da cidade), acima do ponto onde desemboca o riacho, a tarefa de interligar os dois setores da cidade.

Exercitando mais uma vez nossa imaginação, vamos idealizar termos atravessado a referida ponte, nos encaminhando diretamente a um grande largo à direita da gravura (Praça Aristides Milton), onde já encontraremos concebida a Igreja da Santa Casa de Misericórdia.

À frente da última igreja podemos notar outro largo (Largo da Ajuda), desta vez rodeado e claramente delimitado por inúmeras casas. Centralizada no mesmo espaço, notaremos a capela de Nossa Senhora da Ajuda. O aspecto plausível de chamarmos atenção refere-se as suas ruas de acesso ao mencionado largo, que como sabemos são três, quais sejam: Rua da Ajuda (tomada através da Praça Aristides Milton); Rua Ana Nery (ao sairmos da Praça Aristides Milton em direção à fachada da Igreja Matriz, inevitavelmente passaremos por ela) e Rua 13 de Maio, (endereço da Fundação Hansen Bahia). Feita esta recapitulação, pontuamos a existência de uma quarta rua de acesso, certamente desativada e que cedeu lugar às casas de populares. Poderemos identificá-la após novamente projetarmos a travessia da ponte, para em seguida nos dirigirmos a primeira direita, onde então estaremos na Rua Rui Barbosa, localização do Fórum Municipal de Cachoeira. O indicado acesso hoje não mais existente, poderia ser notado após nos encaminharmos à primeira esquerda na rua anteriormente citada.

Saindo do Lardo da Ajuda, por meio da rua que nos leva direto à margem do Rio Paraguaçu, chegaremos à área cercada pelo que parece ser uma mureta, onde também está fincada uma aparente cruz de tamanho mediano. A ação do tempo ou antrópica não nos permitiu saber do que precisamente estamos tratando. Adiantamos que no desenho a ser mais a frente tratado, em igual trecho, não notamos elemento semelhante a este. No mesmo local, um cais similar ao de São Félix foi projetado, mas assim como o primeiro, não o temos mais.

Prosseguindo no mesmo terreno que ladeia o curso d'água do rio Paraguaçu, encontraremos outra enseada, desta vez no trecho correspondente à Praça Góes Calmon e 25 de Junho. Seguindo a mesma ação praticada nos arredores da Praça Manuel Vitorino e Av. Virgílio Reis, anteriormente mencionadas, o mangue ou brejo que ali existia foi aterrado, cedendo lugar a uma extensa orla. As obras de aterramento da enseada entre a Praça Manuel Vitorino e Av. Virgílio Reis foi intitulada de aterro do Calabar, tendo sido finalizada na primeira metade do século XX. Estima-se que foram gastos nos serviços de drenagem dos esgotos, 111 metros de tubulação com 1 metro de diâmetro, implantados em alicerces de pedra com dois metros de largura, sobre os quais construiu-se bueiros em estruturas abobadadas. Parte desse espaço foi denominado Praça Ubaldino de Assis, nome do deputado que conseguiu as verbas para execução das obras (ROTEIRO DE CACHOEIRA, 1970, p. 15-16).

Nos afastando do quarteirão que delinea o último brejo, atingimos a Praça 25 de Junho, identificada através de uma coluna erguida sobre uma base de escadarias, em que no cimo da coluna percebe-se uma bandeira hasteada. Os autores Luydy Fernandes e Ana Oliveira, comentam sobre a possibilidade desse espaço ter sido um pelourinho (2007, p. 9).

Saindo da Praça 25 de Junho rumo a Rua Lions Clube, iremos nos deparar com a Igreja Matriz, entretanto esta não é o que no momento nos interessa. Caminhando ao longo da rua perante a fachada deste templo para adiante virarmos a esquerda, chegaremos ao ponto que primamos destacar. Nota-se uma área de vegetação baixa composta por uma casa próxima ao que seriam as bases estruturais da futura Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Esta estrutura ainda em fase inicial de construção possui uma disposição espacial semelhante a das tradicionais igrejas de cidades históricas, com sua nave mais comprida e larga que

os fundos (espaço recorrentemente destinado à Capela Mor) geralmente tendendo a se afunilar.

No intento de finalizar o estudo técnico iconográfico no presente desenho, registramos na Praça da Aclamação a Casa de Câmara e Cadeia, datada de 1712 (IPAC, 1997, p. 43), alcançada no primeiro largo à direita da Matriz. Está assentada sobre um terrapleno, tendo planta retangular, dois pisos e telhado de quatro águas. A imagem nos sugere a existência de uma torre ou cômodo sobressalente integrado à esquerda da construção voltada para o Conjunto do Carmo. Considerando que este elemento arquitetônico tenha de fato feito parte do edifício, há tempos ele foi retirado, sem que se saibam quais foram as reais razões.

Em 1822 por ocasião das lutas de Independência, foi instalada na Câmara a Junta Governamental e posteriormente o Governo Provisório, que momentaneamente geriu a Província e coordenou as lutas contra a resistência portuguesa na capital. Nos anos de 1837/38, o monumento foi novamente sede legal do Governo da Bahia, por ocasião da Sabinada (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA CACHOEIRA, 2010).

Passando pela Praça da Aclamação, na Rua Inocêncio Boa Ventura, à esquerda da Câmara (direita do observador), o Conjunto do Carmo se destaca. É composto pela Igreja da Ordem Terceira, datada de 1724, assim registrada em sua portada, Convento e Ordem Primeira, datados também do século XVIII, tendo sofrido reforma em 1773, data que consta em seu frontispício. Um muro alto construído entre os anos de 1810/66 compunha a entrada deste conjunto (na gravura nota-se alinhamento semelhante), tendo sido rebaixado e cedido lugar a uma mureta baixa gradeada anos depois, por motivos de se garantir melhor visibilidade (FERNANDES e OLIVEIRA, 2007).

O riacho na extrema esquerda da imagem é o Caquende, hoje assoreado e reduzido a um pequeno filete de água corrente estério. Desaguava no espaço onde foi construído o Estádio 25 de Junho, na Rua Marechal Floriano.

Desenho oitocentista

Sob o título de “Projeto de Ponte entre a Villa de Cachoeira e o Arraial de São Félix”, elaborado pelo engenheiro Salvador José Maciel (ROCHA, 1985, p. 8), a imagem agora tratada, possui como data limite de execução o ano de 1816 (REIS, 2000, p. 118).

O brigadeiro Salvador José Maciel, foi um militar e político brasileiro, presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1826 a 1829. Em 1833 criou o Corpo de Imperiais Marinheiros, entre 1840 e 1846 assumiu o cargo de diretor da Escola Militar da Corte no Rio de Janeiro. Como marechal-de-campo, foi também ministro da Marinha (1836/1837)²³.

O título que define o projeto, já de início nos faz retornar ao assunto do alinhamento de estruturas rochosas abaixo da ponte. O desenho nos lança um dado importante nessa discussão, que efetivamente nos direciona com maior certeza, para a hipótese desse arranjo ser a primeira tentativa de construção de uma ponte a fim de interligar Cachoeira e São Félix. Para sermos mais precisos, no desenho, identificamos a legenda que indica a referida estrutura como sendo o princípio da nova ponte. O protótipo de ponte está à margem da cidade de Cachoeira, prolongando-se até os limites da única ilha a esquerda da imagem.

Esse ponto foi por ora resolvido, mas um outro questionamento ainda paira no ar, onde teria sido construído o cais, planejado junto ao projeto da ponte? Resposta que o próprio desenho nos permite descobrir, porque também existe uma indicação para o local de sua construção, na faixa perpendicular (indicada por linhas horizontais paralelas) a direção em que a ponte deveria ser acrescentada, esta última determinada pelas duas linhas paralelas verticais interligando as duas cidades no canto esquerdo da gravura. O cais a ser erguido deveria ser instalado exatamente no espaço equivalente a conhecida orla da cidade, hoje equivalente à Avenida Virgílio Reis.

Do ponto de vista da observação das edificações religiosas, estão desenhadas sete igrejas, cinco à margem cachoeirana e duas a de São Félix.

²³ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Jos%C3%A9_Maciel> .

Em Cachoeira, avistamos de início à extremidade esquerda da gravura, de forma frontal, a Igreja de N. Sra. da Conceição do Monte, visivelmente ainda sem sua torre sineira. Em seguida e no centro da imagem, a Igreja da Santa Casa de Misericórdia, igualmente sem torre sineira, com uma porta de acesso e um óculo acima desta. Se continuarmos a fitar nossos olhos mais a direita, chegaremos a Igreja de Nossa Senhora do Amparo (ausência de torre sineira), a qual efetivamente nos é permitido visualizar os fundos e parte de sua lateral. Todavia, notamos uma cruz no ponto mais elevado da igreja, voltada para sua fachada, que a nós é ocultada. Entre as duas últimas igrejas citadas está a de N. Sra. da Ajuda. Por ter sido pintada na cor branca e em meio a outras edificações com mesma coloração, quase nos passa despercebida, não fosse sua cruz acima da fachada, o óculo e sua porta de acesso, representada como se possuísse um pequeno frontão. Em meio aos dois limites indicados, está próxima a casa grande dos Adorno, edificação civil retangular e com maior dimensão naquele perímetro.

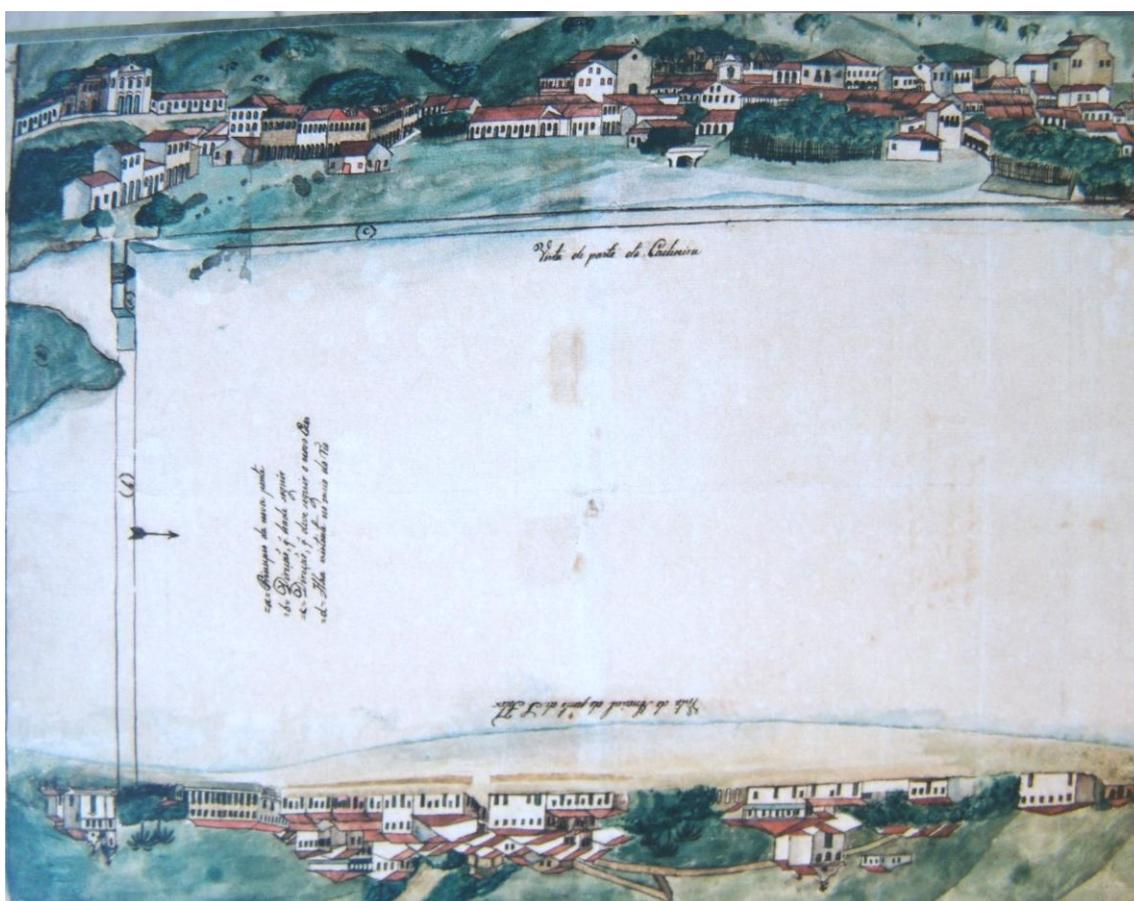


Fig. 19 - "Projeto de Ponte entre a Villa de Cachoeira e o Arraial de São Félix".
Fonte: REIS, 2000, p. 118.

Como última igreja, apresentamos a Matriz do Rosário, perceptível na gravura apenas pela aparição de diminuta parte de uma de suas torres. Apesar da impossibilidade de a enxergarmos, o autor da iconografia a projetou contemplando a Matriz de forma mais generosa, a exemplo do que consta na obra de Rubens Rocha (1985, p. 08). Ocorre que a fonte de onde a extraímos, por um erro de reprodução, nos furta o restante da imagem.

Existem outros aspectos a serem ressaltados ainda em Cachoeira, a saber, duas concentrações de vegetação (setor central do desenho) margeando a cidade junto ao rio, uma menor à montante do que demonstra ser uma pequenina ponte sobre o Riacho Pitanga, próxima ao rio (setor central do desenho) e uma maior a sua jusante. Esses agrupamentos naturais quando confrontados aqueles existentes nas demais imagens, confirmam serem duas enseadas que ali existiram.

Em São Félix, são elas a Igreja Matriz do Senhor Deus Menino, próxima de alinhar-se ao traçado da futura ponte e Senhor São Félix, no canto direito da imagem.

Os fundos da Igreja de Sr. São Félix, com coloração marrom, vê-se o que parece ser um muro relativamente extenso. Coincidentemente, na localidade comumente conhecida como Alto do Cruzeiro, foi registrado no mapeamento de sítios arqueológicos, em outro momento comentado, um longo muro em cantaria com tijolos lajota, material construtivo sugestivamente do século XIX. Tendemos a crer que o muro gravado pode ser o mesmo ainda existente naquela parte elevada da cidade, embora não saibamos o que ele cercava.

O ponto de referência para execução da imagem parece ter sido o Chafariz Imperial (Cachoeira). Este elemento arquitetônico tem sua face completamente direcionada ao autor, sendo visível na composição, a cornija arqueada sobre a qual foi esboçado o frontão. No centro, em estuque, está um brasão cunhado com as armas do Império.

Litogravura oitocentista

Aqui, a cidade de São Félix reduz-se à um diminuto conjunto de quatro edifícios simples, sendo o maior deles semelhante à um mediano galpão de

armazenamento de produtos, idéia levantada a partir das sacas ou caixotes de madeira sobrepostos. Compõe a cena três aparentes escravos e um presumível capataz sugestivamente munido de um chicote em mãos. Olhando para o rio, observamos próximos à margem da mesma cidade, tripulantes a bordo de cinco embarcações de médio porte.

Na outra margem do Paraguaçu avistamos Cachoeira, a exemplo do que foi proposto, devemos nos voltar para esquerda da imagem. Alinhados na vertical às três palmeiras do mesmo canto, nos permitimos ver um conglomerado de construções em terreno consideravelmente elevado. Servindo-nos da posição da Ilha do Conde ou de Mata Onça, por onde passa parcialmente a atual Ponte D. Pedro II, vista na imagem no meio do rio, poderíamos considerar ser aquele o Largo do Monte. Nota-se que a construção em maior destaque é a Igreja de Nossa Sra. da Conceição do Monte (mais alta edificação), em que está representada sem sua torre. Esse elemento arquitetônico (torre) foi inserido precisamente em 1846, após a igreja ter passado por uma remodelação, período que é posterior a execução da gravura²⁴.

Observando mais à diante, agora na Ilha de Mata Onça, nos contornos de suas terras à direita, uma modesta e solitária residência. No século anterior e na mesma ilha, uma casa foi ilustrada na primeira gravura aqui tratada. Estamos em face de uma recorrência que nos permite suspeitar com maior crédito da existência de uma construção naquela ilha, ainda que não estejamos falando da mesma casa e não a vejamos nos dias de hoje.

Nos dirigindo novamente à Cachoeira, a disposição arquitetônica que hoje compreendemos como Quarteirão Leite e Alves, é notada perpendicularmente ao plano horizontal do galpão destacado à margem de São Félix.

Logo após percorrermos longo trecho, passando pelas principais ruas da cidade, chegamos ao Largo do Rosarinho, nessa área estão postas duas pequenas construções relativamente próximas. A título de localização, estão em meio ao galpão e a palmeira isolada em São Félix, exatamente acima destes. Seu destaque se deu em virtude do caráter do terreno em que se encontra, fato que o eleva consideravelmente na paisagem.

²⁴ Dado coletado do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Salvador, 1997).



Fig. 20 – Litogravura da Villa de Caxoeira.
 Fonte: *Síte da Biblioteca Nacional*²⁵

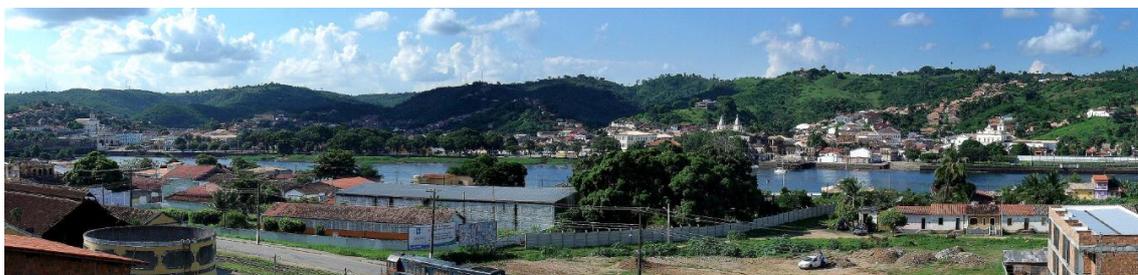


Fig. 21 – Vista panorâmica de Cachoeira e São Félix. Autor: Gilcimar Barbosa, 2011.

Há mais duas edificações religiosas notáveis a serem apontadas, a da Santa Casa de Misericórdia, edifício mais alto no meio do desenho, ainda sem a torre sineira, a Igreja Matriz, facilmente perceptível de costas para o observador, com suas duas grandes torres piramidais, que arriscamos afirmar serem o que mais se

²⁵

<http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new&arg=spix+&argaux=spix+&use=kw_livre&x=14&y=6>

destaca no cenário urbano da representação em Cachoeira, além da Igreja da Ordem Primeira do Carmo, com sua fachada voltada aos executores do desenho. Podemos percebê-la a partir de sua torre sineira, o frontão e cinco janelas. Após a Matriz é a construção mais alta no canto direito da imagem.

O Convento do Carmo entre 1832 e 1857 acomodou diversas repartições, algumas não necessariamente de sua natureza, a saber: quartel de federalistas (1832), hospital militar (1855); Câmara, Tribunal de Júri e Polícia nos anos de 1857 (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA CACHOEIRA, 2010).

Elemento paisagístico e natural explicitado tanto na fotografia quanto nas demais imagens, limite para as duas cidades, mas também caminho, via de escoamento rápido de mercadorias, além de transporte para passageiros que desejavam deslocar-se a São Salvador, o Rio Paraguaçu, hoje excessivamente assoreado, limita-se a navegação de embarcações de médio e pequeno porte, à exemplo de lanchas e saveiros. Outrora, o histórico rio serviu de palco para execução do projeto da primeira linha de navegação a vapor do Brasil, estabelecida entre Cachoeira e Salvador em 04 de outubro de 1819. Foi idealizado e promovido pelo Marechal de Campo Felisberto Caldira Brand Pontes, além do Comendador Pedro Rodrigues Bandira e o Capitão-Mor da Vila de Jaguaripe, Manoel Bento de Souza Guimarães. Especulações acerca do “Vapor de Cachoeira”, primeira transporte aquático dessa iniciativa, contam que pouco depois de sua primeira viagem, haveria encalhado na ponta de Monserrat, onde foi destruído pelos portugueses na Guerra de Independência da Bahia. Tal ilação foi refutada pela viagem feita no mesmo navio (Salvador/Cachoeira) por D. Pedro II e a Imperatriz Leopoldina em março de 1826 (UFBA, 1979, p. 50 e 52).

Retornando a fotografia, na seção de número três, ainda nos é possível notar uma embarcação de grande porte ancorada à margem direita do Rio Paraguaçu, na mesma direção que o já demolido prédio da fábrica de charutos Costa Pena, onde hoje vemos o terminal rodoviário da cidade de São Félix. A presença dessa embarcação é um sinal claro de que pelo menos até o início da segunda metade do século XX, o Paraguaçu era minimamente navegável e acessível a navios maiores. Ademais, fato é que em junho de 1967, a Companhia de Navegação Baiana cumprindo determinação da Comissão da Marinha Mercante, suspendeu a linha de navegação fluvial não só de Cachoeira, mas da cidade de Nazaré (JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX, 1967).

Após passarmos pela análise da fotografia, desenhos e litogravura, cabe a retomada de uma questão pontual relacionada às palmeiras imperiais. O fato constatado é que em nenhuma das três gravuras, as acusadas palmeiras são retratadas em Cachoeira, ao contrário daquilo que vemos na fotografia histórica, sua proliferação por quase toda a cidade. Nos ocorre em mente, que sua implantação só foi viável após a conclusão das obras de aterramento das duas enseadas que atualmente interligam a Praça Teixeira de Freitas, Góes Calmon e Ubaldino de Assis, porque a conformidade topográfica outrora existente, comparava-se a um pequeno brejo ou mangue (informação já antecipada por nós), não sendo muito atrativo à inserção das palmeiras. Tal configuração formou uma extensa avenida, desde a Ponte D. Pedro II à Rua da Rampa dos Saveiros e possivelmente, só a partir desse favorável condicionante se pode implantá-las e quiçá proliferá-las pelos demais perímetros do centro histórico.

CAPÍTULO 4

DATAÇÃO DA FOTOGRAFIA E COMPARAÇÃO DAS ICONOGRAFIAS

Estimativa cronológica da fotografia

Colaboraram na indicação da estimativa do intervalo de tempo de execução da fotografia, o ano de demolição relativo a um edifício religioso, a Igreja de Nossa Sra. do Amparo. Na publicação denominada Roteiro de Cachoeira (1970, p. 17), consta que a Irmandade de Nossa Sra. do Amparo foi instituída em 1690, já existindo mesmo antes de sua capela ser construída na primeira metade do século XIX. Como informações arquiteturais adicionais, em sua fachada via-se um painel em azulejo com a imagem de Nossa Sra. do Amparo, que foi ali inserida em 1847. Compunha seu interior como destaque, os altares de São José e de Nossa Sra. do Parto. Quadros com estampas dos evangelistas podiam ser vistos entre suas tribunas. O único elemento remanescente da igreja, a máscara do lavabo da sacristia, pode ser visto no escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da cidade de Cachoeira.

Amparando-nos na tabela abaixo, partiremos para o procedimento que nos levará à datação da fotografia por estimativa. Sabendo que a mencionada igreja localizada no canto esquerdo da foto (primeira seção) foi demolida em 1948 e, que é a edificação mais antiga e hoje já demolida presente no suporte imagético, deduz-se que a foto foi feita pelo menos até 1948, ano de demolição da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, do contrário esta não apareceria na imagem.

TABELA 1 – EDIFÍCIOS E RESPECTIVAS DATAS DE CONSTRUÇÃO E/OU DEMOLIÇÃO NA CIDADE DE CACHOEIRA

EDIFÍCIOS	CONSTRUÇÃO	DEMOLIÇÃO	NA FOTO
Igreja de Nossa Sra. da Ajuda	1561/62	Ainda existente	SIM
Igreja Matriz de Nossa Sra. do Rosário	1694 a 1754	Ainda existente	SIM
Igreja da Santa Casa de Misericórdia	1734	Ainda existente	SIM
Igreja de N. Sra. da Conceição do Monte	1795	Ainda existente	SIM
Igreja de Nossa Sra. do Amparo	1815	1948	SIM
Chafariz Imperial	1827	Ainda existente	SIM
Hansen Bahia	1830	Ainda existente	SIM
Igreja de Nossa Sra. do Rosário dos Pretos	1842	Ainda existente	SIM
Cemitério da Ordem Terceira do Carmo	1892	Ainda existente	SIM
Quarteirão Leite e Alves	Entre 1936-37	Ainda existente	SIM
Mercado Municipal	Entre 1949-51	Ainda existente	NÃO

Elementos analisados nas iconografias

A tabela abaixo foi organizada levando-se em conta as principais considerações feitas por nós ao longo da monografia, estando disposta da seguinte forma: primeiro os edifícios religiosos, segundo as edificações civis e por fim, os elementos naturais. Pode ser mencionada como instrumento de controle e organização de informações, proporcionando, no nosso caso, a visualização de um panorama geral dos edifícios analisados individualmente, das modificações que se processaram, dos aspectos que se mantiveram, enfim, das nuances apontadas, observadas, comparadas e comentadas, isso mediante análise das fontes textuais e principalmente visuais.

Mediante uso da tabela, pudemos ter uma visão clara daquilo que constava em cada uma das imagens, desde questões mais simples, como observarmos que especialmente as duas primeiras representações, apresentam largamente as duas margens do rio, que somente o desenho setecentista foi confeccionado como se o autor estivesse a partir de um ponto verticalmente muito acima das áreas urbanas, a

exemplo de uma planta baixa, ou mesmo detalhes menos notórios, mais pontuais, a saber, o fechamento de umas das ruas de acesso ao Largo da Ajuda, já comentada, além de elementos indicadores de serem as estruturas de fundação da futura Igreja do Amparo.

No mais, observamos que a Igreja de N. Sra. do Amparo, no primeiro desenho, estava em sua fase inicial de construção. Na iconografia, identificamos o que possivelmente era o delineamento da estrutura de fundação ou alvenaria dessa igreja. No segunda desenho ela aparece com uma visão privilegiada dos seus fundos, ao contrário do que se mostra na litogravura, talvez porque a Igreja Matriz do Rosário tenha obstruído a visão do autor, haja vista localizar-se, naquele enquadramento, exatamente atrás da Matriz.

As estruturas construtivas alinhadas abaixo da Ponte D. Pedro II, de início nos fizeram acreditar que estávamos tratando de um ancoradouro destinado a embarcações, porém, a segunda imagem com o título de Projeto de Ponte entre a Villa de Cachoeira e o Arraial de São Félix, hoje em posse da Mapoteca do Itamaraty, refuta essa hipótese através do próprio título que carrega.

Referente à fonte setecentista, Robert Smith, no artigo "*Some Views of Colonial Bahia*", argumenta que um prolongamento retangular na cor marrom com sombreado levemente escuro, na margem de São Félix, é uma torre defensiva. Nós enxergamos essa inferência pouco provável, sobretudo porque até os dias de hoje não foram encontrados quaisquer vestígios construtivos que atestem o que o autor supõe. Ao nosso entendimento, o que Smith aponta, equipara-se muito mais a um ancoradouro, semelhante aquele que se faz presente posicionado mais à esquerda do desenho e na margem de Cachoeira.

No desenho do século XVIII, o Largo da Ajuda figura com quatro vias de acesso, são elas: Rua Ana Nery, Pç. Maciel, 13 de Maio e Rui Barbosa. O caminho através da última rua citada foi obstruído, cedendo lugar a casa de populares. Nesse mesmo desenho e na litogravura, uma singela casa aparece representada em uma das extremidades da Ilha do Conde, no meio do Rio Paraguaçu. Sabermos se era ou não a mesma casa, é um dado que fica em segundo plano, porque amparados apenas na análise das imagens, isso é algo se torna impossível saber. Além do mais, o que nos interessa é o fato recorrente delas aparecerem nas duas iconografias, reforçando nossa inclinação a acreditarmos que naquele local já existiu uma moradia.

O córrego Três Riachos (primeiro no sentido horário desenho setecentista) pode ter sido usado possivelmente como força motriz de uma unidade produtora de açúcar. Essa pressuposição surgiu mediante o confronto do que está desenhado, com as ruínas de edificações encontradas na Rua Viradouro a partir do projeto de Mapeamento de Sítios Arqueológicos das Cidades de Cachoeira e São Félix, já mencionado.

O córrego Pitanga, (visto também na imagem anterior) este com maior segurança, foi aproveitado como força motriz pelo menos por dois engenhos de açúcar, o Japonês, que ainda tem como remanescentes que atestam sua existência no passado, o berço da roda d'água, aqueduto, barragem e arcabouço estrutural da oficina. E o suposto engenho da família Adorno, este que teria se localizado nas proximidades do Largo da Ajuda, onde bem conservadas estão a Capela e Casa Grande do engenho.

Mais visíveis nos dois desenhos, as enseadas na margem de Cachoeira foram aterradas para dar lugar a extensa Avenida Virgílio Reis, indicada na gravura oitocentista A como espaço destinado a construção do novo cais.

Constatamos que (em Cachoeira) as palmeiras Imperiais em nenhum dos desenhos e litogravura são retratadas, ao contrário do perceptível na fotografia histórica, sua proliferação por quase toda a cidade. Assim, acreditamos que sua implantação só foi viável após a conclusão das obras de aterramento das duas enseadas antes existentes na orla cachoeirana, sendo só a partir desse favorável condicionante, implantadas e proliferadas pelos demais perímetros do centro histórico.

TABELA 2 – ELEMENTOS ANALISADOS NAS ICONOGRAFIAS

	DESENHO SÉC. XVIII	DESENHO SEC. XIX	LITOGRAVURA SÉC. XIX	FOTOGRAFIA HISTÓRICA
Conjunto do Carmo	Presente	Presente	Presente	Ausente
Igr. de N. Sra. do Amparo	Ausente	Presente	Ausente	Presente
Igr. Matriz do Rosário	Presente	Presente	Presente	Presente
Igr. de N. Sra. da Ajuda e Casa Grande	Presente	Ausente	Ausente	Presente
Igr. da Sta. Casa de Misericórdia	Presente	Ausente	Presente	Presente
Igr. de N. Sra. da Conceição do Monte	Presente	Presente	Presente	Presente
Igr. de N. Sra. do Rosário dos Pretos	Ausente	Ausente	Ausente	Presente
Igr. Sr. São Félix	Presente	Presente	Ausente	Presente
Estruturas da futura Igreja do Amparo	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Matriz de Senhor Deus Menino	Presente	Presente	Ausente	Presente
Igreja de Senhor São Félix	Presente	Presente	Ausente	Presente
Chafariz Imperial	Ausente	Presente	Ausente	Presente
Ponte D. Pedro II	Ausente	Ausente	Ausente	Presente
Fábrica Costa Penna	Ausente	Ausente	Ausente	Presente
Arranjo construtivo inicial da Ponte D. Pedro II	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Torre defensiva à margem de São Félix	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Antiga rua de acesso ao Largo da Ajuda	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Casa postada na ilha de Mata Onça	Presente	Ausente	Presente	Ausente
Córrego Três Riachos	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Córrego Pitanga	Presente	Presente	Ausente	Ausente
Córrego Caquende	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Enseadas à margem Cachoeirana	Presente	Presente	Presente	Ausente
Palmeiras Imperiais à margem Cachoeirana	Ausente	Ausente	Ausente	Presente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do contexto do Brasil Colonial ao Império, tivemos a presença de inúmeros cronistas estrangeiros ávidos pela captura de belas paisagens e espécimes da fauna e flora, além de cenas do dia-dia daquele vasto território povoado por diversos grupos culturais e com muito ainda a ser explorado. Tais características bastante atrativas fizeram com que as terras brasileiras fossem aos poucos desvendadas e assim melhor conhecidas. Estes desbravadores foram responsáveis por grande parcela do desenvolvimento desse processo, desfrutando enquanto elementos difusores de informações, além do recurso da escrita, da possibilidade de executar pinturas e gravuras.

Seguindo essa tendência, as cidades de Cachoeira e São Félix não foram exceção, já eram desde fins do século XVIII alvo de viajantes e cronistas. Os desenhos e a gravura, simbolizam seguramente um marco, são as imagens mais recuadas cronologicamente de que se tem notícias acerca dessas históricas cidades. Além disso, entendemos que os desenhos, gravura e fotografia, partilham de íntima relação, por terem sido tentativas bem sucedidas de documentar, capturar e registrar através da imagem, aspectos específicos de uma mesma conjuntura paisagística e urbanística, ainda que venham a diferir em seus autores, ponto de execução, tecnologia empregada e período em que foram feitas.

Nota-se do ponto de vista técnico, especificamente na composição do primeiro desenho e da litogravura, um maior empenho em retratá-las dando um maior grau de realismo às construções mais relevantes, não havendo a aplicação do mesmo realismo nas habitações de menor expressão. Mas, não se pode negar o tratamento dado a litogravura, que apesar de aproximar-se mais do arranjo pictórico, não privilegiando tanto as formas lineares, dos três, é a que mais se equipara com uma imagem realista.

Não obstante, no desenho setecentista algumas poucas imprecisões e ausências são percebidas, a exemplo dos locais em que as Igrejas de Sr. São Félix e Matriz de Sr. Deus Menino foram posicionadas, em pontos que não exatamente lhe são correspondentes, ou para onde a fachada da primeira igreja aludida está voltada, para o lado oposto ao qual deveria estar, as duas observações na primeira

representação. Seguindo, temos a não inserção do cais à margem cachoeirana na litogravura, cais construído em 1712 por João Rodrigues Adorno. Ou a forma como o Conjunto do Carmo foi desenhado, com a fachada da Ordem Terceira a frente da fachada da Ordem Primeira, quando deveria ser o contrário.

Estas não tão determinantes inexatidões, especificamente no tocante à litogravura, podem ser justificáveis pelo que Nestor Goulart Reis nos comenta acerca do desenho feito em 1630 por Claes Jansz Visscher, retratando Olinda. Segundo este conceituado pesquisador, o artista havia desenhado a cidade pernambucana “ao vivo”, mas ao passar o desenho para o formato de gravura, já em Amsterdam, na Holanda, teria certamente distorcido alguns aspectos. Constatou-se diferenças entre a matriz, quer dizer, o desenho feito *in loco* e a gravura elaborada já em sua terra natal (REIS, 2000, p. 329). O raciocínio aplicado aponta para que o mesmo tenha ocorrido com Spix e Martius, já que o desenho original foi retrabalhado e impresso em forma de gravura por F. W. Couven, um litógrafo, fato que nos possibilita entender a pouca familiaridade para com a forma como o Conjunto do Carmo está disposto.

Tocando na problemática da concepção ou viés contextual no cenário brasileiro pós-descobrimento, sabe-se da existência de duas etapas mais intensas de urbanização, a primeira, entre 1530 e 1570, foi equivalente ao estabelecimento das capitanias hereditária, a segunda, compreendendo os anos de 1580 à 1640, refere-se ao contexto da dominação espanhola. Porém, entre 1650 e 1720, quando do início das políticas de dispersão e centralização político-administrativa, registra-se a criação de um número expressivo de centros urbanos, para ser exato, trinta e cinco vilas e duas cidades, em meio às quais, estava a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (atual Cachoeira), elevada a esta categoria em 1693 (REIS, 2000, p. 77 e 91).

Os núcleos urbanos formulados nos dois primeiros séculos situavam-se quase sempre no litoral ou junto a cursos d'água, visto facilitarem o escoamento de produtos e o acesso mais rápido dos fidalgos às metrópoles (REIS, 2000, p. 124), tendência também adotada por Cachoeira e São Félix, que historicamente sempre se utilizaram do rio Paraguaçu para esses mesmos fins.

Tendo em vista que os municípios de Cachoeira e São Félix não foram previamente planejados, sendo a apropriação de espaços irregulares facilmente notada nas imagens, mais ainda, que as influências renascentistas se fazem

perceber em especial nas edificações, salvo engano, estas duas outrora vilas, foram concebidas à luz das concepções urbanísticas além de medievais, renascentistas.

Convém lembrarmos, que oficialmente São Félix integrava a comarca de Cachoeira, cabendo a esta última no panorama da organização espacial das então vilas, o papel de figurar como espaço nobre, destinado ao poder administrativo e eclesiástico, por sua vez, a primeira, era área mais voltada ao trabalho, às atividades pesqueiras e de manufatura. É bem verdade, que seria um erro não apontarmos o setor administrativo também como partícipe inequívoco dessas mesmas atividades. Essa constatação está explícita nas próprias fontes iconográficas por nós usadas, por refletirem fidedignamente, onde os benefícios do fausto econômico foram concentrados, revertendo-se principalmente num maior desenvolvimento urbano (cidade de Cachoeira), quando equiparada as áreas periféricas (cidade de São Félix). O próprio traçado urbano, espaços mais visíveis e de uso comum, constituído por ruas e praças, testemunha o que afirmamos. Todavia, o papel destinado a cada núcleo só poderá ser compreendido quando visto conjuntamente, disso concluímos que ambas apesar de separadas territorialmente, se complementavam em suas mais variadas esferas, sejam elas econômica, social, ou até mesmo enquanto sistema urbano.

Auxiliados por princípios que regem a Pesquisa Documental e a Documentação Museológica, estes direcionados a quatro imagens, conseguimos traçar uma visão mais geral da evolução urbana de Cachoeira e São Félix. Vimos com isso, que o estudo iconográfico certamente não se faz amparado em si mesmo, caminha lado a lado com as fontes escritas, indispensáveis em dados pontos de uma abordagem. Da mesma forma, os documentos iconográficos provaram o quanto relevantes podem ser, se os tratarmos pelo que efetivamente são, fontes testemunhais e contextuais, de mesmo modo, imprescindíveis para que compreendamos melhor o cenário em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Correio de São Félix. São Félix-BA. Sábado, 17 de Junho de 1967. Nº 1581.

SOUZA, Oseas. Questionário sobre a história da cidade de São Félix. São Félix-BA: Arquivo Público de São Félix, 2001.

Fontes secundárias

BAHIA, Universidade Federal. Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia. **Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira – Ba:** Cachoeira nos séculos XIX e XX. Coordenação de Américo Simas. Salvador. 1979. vol. 2. 183 p. il.

BRANDÃO, Jair de Figueiredo; FONSECA, Fernando Luiz da. **Roteiro de Cachoeira.** Departamento de Turismo de Estado da Bahia. Salvador: Cingral, 1970.

BUSSELLE, Michael. **Tudo Sobre Fotografia.** São Paulo: Book RJ Gráfica e Editora, 1979.

CABRAL, Ipojuca; CURVELO, André. **Cachoeira e São Félix, Revelações do Tempo.** Votorantm; Bahia, 2004.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: aquisição-documentação.** Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CERÁVOLO, S.; TÁLAMO, Fátima. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, N 10**. São Paulo: MAE/USP, 2000, pp. 241-253.

DOURADO, Adalbéia Pires. **Primeiro Centenário de Elevação da Vila de São Félix à Cidade**. Cachoeira - BA: Artes Gráficas Aliança Ltda, 1990.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. **IV Fórum de Museus do Nordeste**. Recife, 1991.

FERNANDES, Luydy; OLIVEIRA, Ana. Aspectos da “Vila de Cachoeira” no final do século XVIII: *apontamentos e reflexões*. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras** vol. 1 (1), pp. 13, 2007.

FERNANDES, Luydy. **Mapeamento Arqueológico**. Bahia Arqueológica e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Fapesb. Cachoeira – BA, 2010.

GUIMARÃES, M. L. S.: ‘História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação’. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2). 389-410, jul.- out**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XX Vol.. Rio de Janeiro, 1958.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA, Volume III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 2ª Ed. 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 4ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MARTINS, Ana; MILLER, Marcela; SOCHACZEWSKI, Monique. **Iconografia Baiana do Século XIX na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

MELLO, Francisco José. **História da Cidade de Cachoeira**. Bahia: Radami, 1998.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília/DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

PEDRO, II. Don. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil**. nº 24. Série Marajoara. Salvador–BA: Livraria Progresso Editora Universidade Federal da Bahia, 1959.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade**. São Paulo, 27 (2): 2008.

REIS, Nestor. Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500 / 1720)**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

_____. _____. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000. – (Uspiana – Brasil 500 anos)

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, Diogo; NUNO, Fernando. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. São Paulo, 2008.

ROCHA, Rubens. **1º Centenário Ponte Dom Pedro II**. Cachoeira – São Félix, 1985.

_____. _____. **A Fascinante Cachoeira**. Bahia: Grasb, 2002.

SALLA, Ana Luisa Fayet. Imágenes etnográficas de viajantes alemanes en Brasil del Siglo XIX. **Revista Chilena de Antropología Visual**. Número 7 – Santiago, junio 2006 – 31/59 pp. – ISSN 0718 – 876x. Ver. chil. antrop. vis.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas**. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I – 2009.

SMITH, Robert Chester. Some Views of Colonial Bahia. **Revista da Academia Nacional de Belas Artes**, Lisboa, 2ª série, nº. 1, 1948.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA CACHOEIRA. **Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da Cachoeira**. Cachoeira – BA, 2010.

SOUZA, Lise Marcelino. **Fotografias Digitais de Sítios do Recôncavo**. 2010. 51 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Centro de artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira – BA, 2010.

VOM MARTIUS, Carlos Frederico Philippe. **Através da Bahia**. Tradução de Pirajá da Silva. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1938. 342 p. tab. Excerptos da obra Reises Brasilien. Trabalho apresentado ao 5º Congresso de Geographia e aprovado com louvor. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 118 – Série brasileira, 5).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do recôncavo e sudeste baiano**. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

Sites consultados

Conceito de desenho. Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=5086&cd_idioma=28555> Acesso em: 08 de jun. 2011, 16:10:30.

Conceito de litogravura. Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=4625> Acesso em: 08 de jun. 2011, 16:35:07.

Código de Ética do ICOM para Museus. Disponível em: <<http://www.alvarestech.com/lillian/Museologia/CodigoEtica20062010.pdf>>. Acesso em 03 de Jun. de 2011, 14:50:10.

História da Fotografia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mara_escura> Acesso em 16 de fev. 2011, 16:07:47.

Engenheiro Salvador José Maciel. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Jos%C3%A9_Maciel> Acesso em 20 de Jun. de 2011, 12:15:30.

Litogravura da Villa de Caxoeira. Disponível em:

http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new&arg=spix+&argaux=spix+&use=kw_livre&x=14&y=6. Acesso em 30 de Jul de 2011, 21:03:11.

Manuel Tranquilino Bastos. Disponível em:

<<http://jornal guarany.blogspot.com/2010/12/cachoeirabahia-filarmonica-lira.html>>

Acesso em: 08 de mar. 2011, 13:26:53.

Máquina Fotográfica Brownie. Disponível em:

<http://www.fotodicas.com/historia/imgcamera_brownie2_1900.html> Acesso em: 02

de mar. 2011, 11:22:13.